António Vieira
é uma personalidade complexa
na sua vida e na sua obra.
A vida do escritor jesuíta
foi um drama
cheio de peripécias.
A sua obra reflecte
o incessante embate
de íntimas forças contrárias
em que nunca foram resolvidas
as antinomias e contradições.
Mas António Vieira
foi um grande artista literário
e um grande coração,
portador de uma mensagem
de patriotismo e generosidade
em cuja pregação
se empenhou até à morte.

1164181
IFCH
UNICAMP
922.2469 V673b

O HOMEM, A OBRA, AS IDEIAS JOSÉ VAN DEN BESSELAAR

António Vieira: o homem, a obra, as ideias

por José van den Besselaar

Biblioteca Breve
CULTURA E LINGUA PORTUGUESA

922.469
V673b
11181/IFCH

Biblioteca Breve

promovida e editada
pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa,
visa a constituir,
no conjunto de extensa série de volumes
uma introdução sistematizada
ao estudo dos valores fundamentais
da cultura em Portugal
na sua longa história
e na diversidade dos géneros
ou sectores em que se tem afirmado.
O seu primacial objectivo é o de facultar
à generalidade do público
nacional e estrangeiro
interessado e, sobretudo,
a estudiosos
das várias matérias versadas
uma iniciação a nível universitário
nos temas que o plano
da Colecção comporta,
ao mesmo tempo
que uma orientação básica
para a investigação e reflexão
mais desenvolvidas desses temas.
Os volumes da série prevista,
nas suas múltiplas especialidades,
serão preenchidos
com estudos originais
de autores portugueses
e estrangeiros qualificados,
documentários antológicos, iconografias
e bibliografias actualizadas,
de modo a conjugarem
a informação ampla
sobre os temas respectivos
com a qualidade ensaística
interpretativa e crítica
que os autores lhes imprimirem.
Além da finalidade didáctica,
a *Biblioteca Breve*
pretende testemunhar
uma perene presença portuguesa
na cultura universal.

100

Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

ANTÓNIO VIEIRA:
O Homem, a Obra, as Ideias

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR

ANTÓNIO VIEIRA:
o homem, a obra, as ideias

UNICAMP
Biblioteca - IFCH

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

UNIDADE - IFCH
Nº CHAMADA 922.2469 J673b
V _____ Ed. _____
TOMBO BC/ 1164184
PROC. 162.00067/23
C ☐ D ☒ DATA 19/04/24
PREÇO R$ 18,00
Nº PED. 10320
Nº PROT. 142563
OBS. _____
COD. TIT. 137831

Título
António Vieira:
O Homem, a Obra e as Ideias

Biblioteca Breve / Volume 58

1.ª edição — 1981

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação e Ciência

© DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Praça do Príncipe Real, 14-1.º. 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação, reservados para todos os países

Tiragem
4500 exemplares

Distribuição Comercial
Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora — Portugal

Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal

Julho de 1981

ÍNDICE

Pág.

NOTA PRÉVIA ... 9

SIGLAS ... 11

I / A «COMÉDIA» DA SUA VIDA ... 13

1. Anos de preparo ... 14
2. Pela salvação da Pátria ... 20
3. O «Pai Grande» dos Índios ... 38
4. Silogismos e Cruzes ... 46
5. Velhice e morte na Baía ... 59

II / A OBRA LITERÁRIA ... 67

1. Os Sermões ... 68
2. Os tratados proféticos ... 72
3. A correspondência ... 77
4. Os opúsculos ... 80

III / AS IDEIAS ... 83

1. O realista fantástico ... 83
2. O instrumentário do exegeta ... 88
3. O artista ... 98
4. Um grande coração ... 104

NOTAS ... 109

BIBLIOGRAFIA ... 111

NOTA PRÉVIA

É difícil comprimir, num livrinho de pouco mais de cem páginas, a biografia e a análise da obra de um autor tão complexo como foi António Vieira. Eis a maior dificuldade que tive de vencer ao redigir este pequeno trabalho. Como evitar, por um lado, uma superficialidade impressionista e, por outro lado, uma enumeração de dados, talvez interessantes, mas, por virem acumulados, estéreis? Fiz o possível para fornecer aos meus leitores informações seguras e indispensáveis, sem deixar de lhes apresentar um retrato do homem e do escritor — um retrato inevitavelmente algo subjectivo, mas, espero, sincero e honesto. A crítica deverá decidir se fui feliz ou não nesta minha tentativa.

Em vez de colocar no fim do livro uma antologia de textos vieirianos, julguei preferível dispersá-los pelo corpo do texto.

José van den Besselaar

SIGLAS

Os trechos citados no presente trabalho serão indicados da seguinte maneira:

CARTAS — *Cartas de A. Vieira*, ed. J. L. de Azevedo, 3 vols.
DEF. — *Defesa de A. Vieira perante o tribunal do Santo Ofício*, ed. H. Cidade, 2 vols.
HF — *História do Futuro* (Livro Anteprimeiro), ed. J. van den Besselaar, 2 vols.
SERM. — *Sermões de A. Vieira*, ed. G. Alves, 15 tomos.
VAR. — *Obras Várias* (ed. A. Sérgio e H. Cidade), nas *Obras Escolhidas*, 5 vols.
VIDA — *Vida do apostólico Padre A. Vieyra*, por André de Barros.
CARTAS, II 67 — *Cartas*, vol. II, p. 67; e assim por diante.
HF, VIII 19-23 — *História do Futuro*, cap. VIII, linhas 19 a 23.

Indicações bibliográficas mais detalhadas encontram-se no capítulo II e no final deste trabalho.

I / A «COMÉDIA» DA SUA VIDA

Numa carta dirigida a um confrade, em 1658, António Vieira resumia as vicissitudes da sua vida nestes termos: «Não há maior comédia que a minha vida; e quando quero ou chorar ou rir, ou admirar-me ou dar graças a Deus ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim» (*Cartas*, III, 718).

De facto, a vida do jesuíta foi, não uma comédia, mas um drama cheio de peripécias. E do mesmo modo que ao espectador de uma tragédia clássica as calamidades representadas no palco não parecem totalmente alheias à índole do herói, mas antes de algum modo por ele mesmo provocadas, assim nós, ao passarmos em revista as aventuras e transtornos da vida de Vieira, não podemos subtrair-nos à impressão de que a causa principal do seu destino turbulento foi o seu espírito irrequieto. A vida do nosso autor foi uma série de transes críticos e perigosos. Longe de os evitar, parece que andava à procura deles para poder mostrar o seu brio de lutador.

A vida de Vieira é um romance que vale a pena contar. Mas existe outro motivo ainda para não a despachar em poucas palavras. É possível tratar e comentar as obras de alguns autores sem entrar nos porme-

nores da sua vida. No caso de António Vieira, tal processo seria injustificável, porque quase todos os seus escritos estão estreitamente ligados a determinadas circunstâncias biográficas. Estas explicam aqueles; aqueles comentam estas. Grande parte das suas obras há-de escapar-nos fatalmente, a não ser que tenhamos uma visão global das condições concretas em que o autor as concebeu e elaborou. Vieira não era um ermitão a meditar verdades transcendentes num cubículo hermeticamente fechado. Era um autor activo e militante que pegava na pena para fazer propaganda das suas ideias, para interferir no mundo e para combater as opiniões que considerava nefastas à sociedade em que vivia. A palavra e a escrita eram, para ele, uma poderosa alavanca para levantar as massas inertes, mostrando-lhes o caminho para um futuro menos rotineiro e mais humano.

1. *ANOS DE PREPARO*

António Vieira nasceu a 6 de Fevereiro de 1608 em Lisboa, filho primogénito de um modesto casal burguês. Seu pai era Cristóvão Vieira Ravasco, natural de Santarém; sua mãe, Maria de Azevedo, moradora de Lisboa. A família tinha «sangue limpo»: todas as diligências feitas pelo Santo Ofício no sentido de lhe indagar os rastos de uma ascendência judaica ou moura mostraram-se improfícuas. Pelas mesmas investigações se tornou provável que a avó materna do futuro orador fosse mulata. O único retrato de Vieira com alguma pretensão de autenticidade trai, de facto, feições nitidamente africanas. O pai era escrivão num tribunal em Lisboa. Em 1609, embarcou para o Brasil (Baía), onde ia exercer o cargo de escrivão na Relação, deixando a mulher e o pequeno António no Reino. A mãe ensinava, em casa, o menino a ler e escrever, preocupação decerto fora do comum num modesto lar português do século XVII. Segundo tudo nos leva a crer, a criança cresceu num ambiente de trabalho e decisão para progredir na vida. As aspirações de vir a ser alguém na sociedade não lhe vieram de gente estranha.

Regressado a Portugal em 1612, Cristóvão morou algum tempo em Lisboa, onde lhe nasceu o segundo filho. Dois anos depois, partiu novamente para a Baía, desta vez levando consigo a pequena família. Uma vez estabelecido na então capital da colónia brasileira, o menino cursou as humanidades no colégio dos Jesuítas. De acordo com o relato de André de Barros, primeiro biógrafo de Vieira, o rapaz, apesar de todos os seus esforços, não conseguiu inicialmente resultados brilhantes; mas, graças às orações fervorosas que regularmente fazia à imagem da Virgem das Maravilhas na Sé baiana, teve de repente uma iluminação mental: o famoso «estalo de Vieira», expressão que ainda hoje em dia, de vez em quando, se ouve no Brasil.

Quando António tinha os seus quinze anos, pediu aos Padres para ser admitido na Companhia (5 de Maio de 1623). Essa fuga do mundo, originada por um vigoroso sermão sobre os castigos infernais, teria encontrado séria resistência por parte dos pais. É possível que houvesse alguma resistência deles ante o imprevisto do caso, mas julgo que ela não foi muito séria nem de longa duração. Os Padres não admitiam menores no noviciado sem o consentimento dos pais, e estes, por sua vez, não deviam tardar em reconhecer que a carreira eclesiástica oferecia excelentes perspectivas a um menino da sua categoria social. Sem apoucarmos a sinceridade da sua propensão para o estado religioso, podemos dizer que as aspirações do rapaz não diver-

giam muito das dos pais. Diz André de Barros: «Determinou-se pois a alistar-se na Companhia de Jesus, onde para cultivar seu engenho tinha oportunidade, para empregar seu espírito, ocasião» (*Vida*, p. 10).

O jovem noviço passou algum tempo numa aldeia de indígenas, dirigida pelos Jesuítas, onde, impressionado pelo trabalho evangelizador dos Padres, se propôs dedicar a sua vida à conversão dos gentios. Mas não durou muito tempo a sua estada no sertão. Teve que voltar para a capital a fim de poder receber aí uma formação espiritual e intelectual mais adequada. Ao entrar no segundo ano do seu noviciado, assistiu à brusca invasão dos Holandeses na Baía, tendo de refugiar-se no interior da Capitania juntamente com os demais Padres, o Bispo e grande parte da população.

Eram as forças heréticas e diabólicas descarregadas do inferno pelo Holandês; era a guerra santa que Portugal — o «povo eleito» dos tempos modernos — tinha de fazer contra os inimigos de Deus. E por que razão permitia Deus essa calamidade? Para punir os pecados dos Portugueses, pois que estes, repetindo a história de Israel, se mostravam indignos da protecção divina. É nestes termos que o jovem jesuíta, dois anos depois, encarregado pelos seus superiores de escrever a «Carta Ânua» ao Padre Geral em Roma, descreve os acontecimentos do ano calamitoso de 1624. Nessa altura não podia prever que os piratas da Holanda lhe haviam de absorver grande parte dos seus cuidados durante mais de 25 anos.

Em fins de Abril de 1625, os Holandeses viram-se forçados a retirar-se da Baía. Poucos dias depois, Vieira fez os primeiros votos. Foi nomeado professor de retórica no colégio dos Padres em Olinda, onde permaneceu dois ou, quando muito, três anos. Voltou de novo para a Baía com o fito de seguir os cursos de Filosofia e Teologia, vindo a ordenar-se sacerdote no dia 10 de Dezembro de 1634. O decénio que precede a sua ordenação é-nos pouco conhecido nos pormenores. Só sabemos que ele, nesse período, além de se dedicar aos estudos e ao ensino, trabalhou entre os índios e que começou a adquirir a fama de notável pregador. O seu primeiro sermão que chegou aos nossos dias data de 6 de Março de 1633, quando ainda não era subdiácono. O assunto era de guerra, porque a Baía tinha-se transformado numa «escola de Marte»: o Holandês, expulso da capital, conseguira apoderar-se de Pernambuco (Janeiro de 1630), constituindo uma séria ameaça para a sobrevivência da Capitania baiana.

Os Holandeses eram, no dizer de Vieira, abelhas coléricas que, atraídas pelo mel pernambucano, acometeram os canaviais do Brasil com fúria — mas consola-o a lembrança de que é próprio das abelhas, em picando, caírem mortas. Por enquanto, porém, o Brasil holandês não dava nenhum sinal de enfraquecimento. Pelo contrário, durante o governo enérgico e esclarecido de João Maurício de Nassau (1637-1644), os intrusos chegaram a aumentar o território ocupado, conquistando grande parte das capitanias do Nordeste. Em 1638 fizeram grande esforço para reaver Baía de Todos os Santos, mas em vão. Ao cabo de quarenta dias tiveram de abandonar o seu intento. As perdas foram consideráveis, sobretudo as sofridas em dois ataques nocturnos a uma antiga trincheira portuguesa situada perto de uma capela de Santo António, o qual, na expressão de Vieira, era «pontual recuperador do perdido».

Para celebrar a libertação da cidade de Salvador da Baía, Vieira proferiu dois sermões, dos quais o de Santo António (*Serm.*, VII 27-57) é o mais interessante pela viva descrição das batalhas e pelas ousadas

analogias que o pregador estabelece entre os sucessos recentes e os de tempos muito remotos, narrados pela Bíblia. Tal relacionamento era coisa bastante comum entre os pregadores da época, figurando com o nome de «sentido acomodatício» de um texto bíblico e, geralmente, aplicado sem a mínima pretensão de atingir o «sentido histórico» ou «literal». Não passava de um instrumento edificante e moralizador ou, então, de um ornato meramente oratório. Esses confrontos constituem um elemento quase integrante dos sermões vieirianos e parecem, por vezes, ter um significado mais profundo: os destinos de Israel repetem-se nos de Portugal, até nos pormenores.

Um dos sermões mais famosos de Vieira é o que pregou contra as armas da Holanda, quando, em Maio de 1640, o almirante Lichthart bloqueava a cidade de Salvador. No dizer do enciclopedista Raynal, seria *le discours le plus véhément et le plus extraordinaire qu'on ait jamais entendu dans une chaire chrétienne.* É, por assim dizer, uma tentativa de exorcismar a ira divina, em que o pregador se atreve a pedir contas a Deus pelos infortúnios que ameaçam sobrevir ao Brasil, e de O prevenir das calamidades irreparáveis que serão consequências inevitáveis da vitória dos Batavos. Aqui bastará transcrever apenas um pequeno trecho do sermão:

> «Mas pois Vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos Holandeses o Brasil, entregai-lhe as Índias, entregai-lhe [...] quanto temos e possuímos (como já lhes entregaste tanta parte); ponde em suas mãos o mundo, e a nós, aos Portuguess e Espanhóis, deixai-nos, repudiai-nos, desfazei-nos, acabai-nos! Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de Vós, pode ser que os queirais algum dia e que os não tenhais. [...]Abrasai, destruí, consumi-nos a todos, mas pode ser que algum dia queirais Espanhóis e Portugueses e que os não acheis. Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de vossos sacramentos e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso santíssimo Corpo; Holanda, enfim, vos servirá e venerará tão religiosamente como em Amsterdão, Medelburgo e Flissinga e em todas as outras colónias daquele frio e alagado inferno se está fazendo todos os dias?!» (*Serm.*, XIV 311-312).

Parece que Deus cedeu à força esmagadora desses argumentos: Salvador não caiu nas mãos dos Holandeses. Só num ponto o orador se enganou redondamente: três séculos depois, quase mil padres holandeses estariam a trabalhar na vinha brasileira do Senhor.

Um mês depois chegou à Baía o Marquês de Montalvão, primeiro governador-geral do Brasil com o título de Vice-Rei. No dia 2 de Julho, Vieira regalava-o com um sermão em que fustigava a incapacidade, a cobiça e a corrupção dos magistrados vindos da metrópole e defendia, num repto de eloquência admirável, os direitos e interesses da colónia:

> «Desfazia-se o povo em tributos e mais tributos, em imposições e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas (que até à humildade deste nome se sujeitava a necessidade *ou*[1] se abatia a cobiça), e no cabo nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Porque? Porque o dinheiro não passava das mãos por onde passava. Muito deu em seu tempo Pernambuco, muito deu e dá hoje a Baía, e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se *ao*[2] Brasil; o Brasil o dá, Portugal o leva.
>
> Com terem tão pouco do Céu os ministros que isto fazem, temo-los retratados nas nuvens. Aparece uma nuvem no meio daquela Baía, lança uma manga no mar, vai sorvendo por oculto segredo da natureza grande quantidade de água, e depois que está bem cheia, depois que está bem carregada, dá-lhe o vento e vai chover daqui a trinta, daqui a cinquenta léguas. Pois, nuvem ingrata, nuvem injusta, se na Baía tomaste essa água, porque não choves também na Baía? Se a tiraste de nós, porque a não despendes connosco? Se a roubaste a nossos mares, porque a não restituis a nossos campos? Tais como isto são muitas

vezes os ministros que vêm ao Brasil, e é a fortuna geral das partes ultramarinas. Partem de Portugal estas nuvens, passam as calmas da Linha, onde se diz que também *refecem*[3] as consciências, e em chegando, *verbi gratia*, a esta Baía, não fazem mais que chupar, adquirir, ajuntar, encher-se (por meios ocultos, mas sabidos) e, ao cabo de três ou quatro anos, em vez de fertilizarem a nossa terra com a água que era nossa, abrem as asas ao vento e vão chover a Lisboa, esperdiçar a Madrid. Por isso nada lhe luz ao Brasil, por mais que dê; nada lhe monta e nada lhe aproveita por mais que faça, por mais que se desfaça. E o mal mais para sentir de todos é que a água que por lá chovem e esperdiçam as nuvens, não é tirada da abundância do mar, como noutro tempo, senão das lágrimas do miserável e dos suores do pobre, que não sei como atura tanto a constância e fidelidade destes vassalos» (*Serm.*, IX 344-345).

No dia dos Reis de 1641 o pregador julgava-se capacitado para dizer ao Vice-Rei que a situação da colónia melhorara bastante: até os Holandeses encaravam atemorizados a nova força moral e militar da Baía: «Ah, Herodes holandês! Ah, Jerosólima pernambucana! Como te vejo turbada e perturbada!» (*Serm.*, II 90).

Se Vieira, nessa ocasião, tivesse sabido que Portugal se livrara do jugo castelhano, teria exultado muito mais. Mas a notícia da restauração só chegou a Salvador em meados de Fevereiro. Duas semanas depois, o jesuíta foi enviado a Lisboa como membro de uma delegação oficial, que devia render preito ao novo rei por parte da colónia brasileira.

2. *PELA SALVAÇÃO DA PÁTRIA*

Em Portugal começava para o jesuíta, que, com os seus 33 anos de idade trasbordava de energia, brio e iniciativas, uma carreira completamente nova. Até então não passara de um herói provinciano, que teria ainda de provar a sua capacidade de vencer na metrópole; dali em diante foi-se metamorfoseando numa figura de alcance nacional: como pregador nos púlpitos da capital, como conselheiro do rei e até como enviado diplomático. Este período mundano da vida de Vieira abrange, globalmente, os anos de 1641 a 1652. Foi uma época turbulenta, cheia de triunfos momentâneos e decepções duradouras, que podemos tocar aqui só de leve, visto que uma exposição minuciosa dos variados sucessos nos obrigaria a entrar a fundo nos diversos problemas complicados que o Portugal Restaurado teve que enfrentar nos primeiros anos da sua existência.

Pouco tempo depois da sua chegada a Lisboa, Vieira foi apresentado a D. João IV, a quem agradou, desde o primeiro encontro, «a lábia» do jesuíta. Entre os dois foi crescendo uma sincera amizade que nunca perigou. O monarca não tardou em convidá-lo a pregar na capela real, onde ele proferiu o seu primeiro sermão no dia 1 de Janeiro de 1642. Dois anos depois foi nomeado pregador régio. Nos numerosos sermões deste período da sua vida, Vieira não se cansava de animar o auditório a perseverar na luta desigual com Castela, exortando-o a não poupar sacrifícios e prometendo um futuro glorioso ao Reino. Não recuava em propor medidas concretas para a solução dos problemas, inclusive algumas de ordem económica. Além de o estimar como pregador, o rei consultava-o em diversos assuntos, sobretudo em questões relacionadas com o Brasil, e defendia-o de vários ataques.

Quanto à sua vida de religioso, podemos ser breves. Em 1644, Vieira proferiu os votos definitivos, depois de ter feito o terceiro ano de noviciado em Lisboa. O seu noviciado não podia correr normalmente: o jesuíta devia estar oscilando entre o convento e o mundo. Não é de estranhar que o novo professo,

ocupando uma posição excepcional entre os seus confrades, lhes causasse escândalo e até inveja, sobretudo depois das suas viagens ao estrangeiro, onde trocava a roupeta de jesuíta pela grã de fidalgo. Por esses e outros motivos Vieira via-se ameaçado, em 1649, de vir a ser expulso da Companhia, sério risco de que o queria salvar o rei, oferecendo-lhe uma mitra. Vieira recusou-a, escrevendo ao Secretário de Estado: «Que não tinha Sua Majestade tantas mitras em toda a sua monarquia, pelas quais ele houvesse de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus; e que, se chegasse a ser tão grande a sua desgraça que a Companhia o despedisse, da parte de fora de suas portas se não apartaria jamais, perseverando em pedir ser outra vez admitido nela, senão para religioso, ao menos para servo dos que o eram» (*Vida*, p. 25). Parece que esse protesto foi sincero: Vieira teve sempre um grande apego à instituição religiosa a que aderira em menino. Seja como for, graças à protecção de D. João IV o problema ficou resolvido e Vieira pôde continuar na Sociedade.

Ao chegar a Portugal, Vieira encontrou o Reino cheio de expectativas sebastianistas, não só entre os Padres da Companhia e a gente humilde, como também entre os próprios dirigentes da Restauração. Um sebastianismo, sem dúvida, diferente do tradicional, que teimava em esperar pelo regresso milagroso do rei caído em Alcácer-Quibir, mas um sebastianismo adaptado às novas circunstâncias, que identificava o «Encoberto» com a pessoa de D. João IV. Vieira, sempre patriota exaltado e convencido do papel histórico do povo português e, provavelmente, já antes vagamente sebastianista, perfilhou sem hesitar a nova versão do credo nacional. Os documentos em que os adeptos se baseavam, eram, além do Juramento de D. Afonso

Henriques, cuja autenticidade quase ninguém punha em dúvida, umas cartas apócrifas de São Bernardo, as profecias atribuídas a São Frei Gil e as famosas trovas do Bandarra, o sapateiro de Trancoso. Com uma precisão que nada deixava a desejar, este último teria predito o ano exacto da Restauração e o nome do novo rei português:

> «Já o tempo desejado
> é chegado,
> segundo firmal assenta.
> Já se cerram *os quarenta*
> desta era que se ementa [...]
> O rei novo é levantado,
> já dá brado,
> já assoma sua bandeira [...]
> Saia, saia esse Infante
> bem andante!
> O seu nome é *Dom João*» (*HF*, VIII 164-178).

Todos os elementos essenciais da fé sebastianista de Vieira se encontram já, juntamente com a devida documentação, no seu *Sermão dos Bons-Anos*, de 1642, mas sem a menção explícita do Bandarra que, à data da publicação dos sermões vieirianos, era mal aceite. Mas, como o leitor do trecho seguinte poderá verificar, encontramos no sermão uma clara alusão ao «celebradíssimo ano de quarenta»:

> «São Frei Gil, religioso da sagrada ordem de São Domingos, naquelas suas tão celebradas profecias, diz desta maneira: *Lusitania sanguine orbata regio diu ingemiscet:* "A Lusitânia, o reino de Portugal, morrendo seu último rei sem filho herdeiro, gemerá e suspirará por muito tempo." *Sed propitius tibi Deus:* "Mas lembrar-se-á Deus de vós, ó Pátria minha", diz o Santo. *Et insperate ab insperato redimeris:* "E sereis remida não esperadamente por um rei não esperado." E depois de assim remido, depois de assim libertado Portugal, que lhe sucederá? *Africa debellabitur:* "Será vencida e conquistada África." *Imperium Ottomanum ruet:* "O império otomano cairá sujeito e rendido a seus pés." *Domus Dei recuperabitur:* "A casa santa de Jerusalém será

finalmente recuperada." E, por coroa de tão gloriosas vitórias: *Aetas aurea reviviscet:* "Ressuscitará a idade dourada." *Pax ubique erit:* "Haverá paz universal no mundo." *Felices qui viderint:* "Ditosos e bem-aventurados os que isto virem!" [...] Não deixemos passar sem ponderação aquelas palavras misteriosas da profecia: *Insperate ab insperato redimeris.* De propósito reparei nelas, para refutar com suas próprias armas aquela relíquia, que dizem que ainda há daquela seita ou desesperação dos que esperavam por el-rei D. Sebastião, de gloriosa e lamentável memória. Diz a profecia: *Insperate ab insperato redimeris:* "Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado." Segue-se logo, evidentemente, que não podia el-rei D. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador havia de ser um rei não esperado [...] e el-rei D. Sebastião era tão esperado vulgarmente como sabemos todos [...].

As cousas que faz Deus e as que se hão de fazer bem feitas, não se fazem antes nem depois, senão a seu tempo. O tempo assinalado nas Escrituras para a circuncisão era o dia oitavo. [...] E por isso se circuncidou Cristo, sem se antecipar nem dilatar, aos oito dias: *Postquam consummati sunt dies octo.* [...] Da mesma maneira se deu princípio à redenção e restauração de Portugal em tais dias e em tal ano, no celebradíssimo de 40, porque esse era o tempo oportuno e decretado por Deus, e não antes nem depois, como os homens quiseram. Quiseram os homens que fosse antes, quando sucedeu o levantamento de Évora; quiseram os homens que fosse depois, quando assentaram que o dia da aclamação fosse o primeiro de Janeiro, hoje faz um ano. Mas a Providência Divina ordenou que o primeiro intento se não conseguisse, e que o segundo se antecipasse, para que pontualmente se desse princípio à restauração de Portugal a seu tempo. [...]

Grande ânimo, valentes soldados, grande confiança, valorosos Portugueses, que assim como vencestes felizmente estes inimigos, assim haveis de vencer todos os demais. [...] Assim o contam as profecias, assim o prometem as esperanças, assim o confirmam estes felizes princípios, que a divina bondade se sirva de prosperar até os fins felicíssimos que desejamos, que são os com que remata um sermão deste dia São Bernardo, cujas palavras tantas vezes têm sido profecias a Portugal: *Multiplicabitur sane ejus imperium, ut merito Salvator dicatur pro multitudine etiam salvandorum, et pacis non erit finis*[4]. Para que nossas orações comecem a obrigar a Deus, não peço três ave-marias, senão três petições do Padre Nosso: [...] "Santificado e glorificado seja, Senhor, vosso nome." [...] "Venha a nós, Senhor, o vosso Reino"; vosso, porque vosso é o Reino de Portugal, que assim nos fizestes mercê de o dizer a seu primeiro fundador, el-rei D. Afonso Henriques: *Volo in te et in semine tuo imperium mihi stabilire*[5]. [...] "Fazei, Senhor, que façamos inteiramente vossa santa vontade"» (*Serm.*, I 324-325; 327; 341-342.)

Uma parte das profecias — a relativa à restauração do Reino português — já estava cumprida, e de uma maneira que não podia ser mais pontual. Ninguém cujo coração não estivesse obcecado podia pôr em dúvida a realização das profecias que prometiam a Portugal o Império mundial. Deus é fiel nas suas promessas. Mas a garantia divina não justifica a inactividade humana. O messianismo de Vieira não é suicídio em Deus. À livre iniciativa de Deus deve corresponder, por parte do homem, uma obediência incondicional e um esforço incessante e inteligente para transformar este mundo no Reino de Deus.

Na primeira década da Restauração, Portugal estava bem longe da transfiguração ardentemente desejada. Urgia prepará-la e, sendo possível, acelerar-lhe o advento. Vieira via com pena e dor que Lisboa já não era o empório dos reis venturosos do século anterior: uma grande parte das colónias roubada, o comércio decadente, o povo sem iniciativas e os capitais exaustos. Para remediar a deplorável situação era imprescindível que o Reino se pudesse aproveitar dos recursos, tanto dos judeus portugueses refugiados no estrangeiro, como dos cristãos-novos em Portugal. Só assim o país poderia manter a sua independência e tornar a ser uma nação rica, capaz de executar as grandes façanhas profetizadas. Já em 1643 Vieira escrevia uma Petição em que aconselhava o rei a que deixasse retornar os judeus a Portugal. Defender os judeus, tal como Vieira os defendia, era um acto de bom senso, mas também um gesto corajoso e perigoso no ambiente mesquinho em que vivia. Seria injusto acusá-lo de opor-

tunismo, pois a defesa dos judeus, constantemente retomada, havia de custar-lhe o ódio dos inquisidores e a suspeita dos fanáticos. Sem dúvida, o jesuíta julgava que revocar os judeus era uma medida de sã economia, e mantê-los fora do país revelava uma miserável pobreza de espírito. Mas, além disso, entendia que a perseguição aos judeus era uma grande injustiça, que contrariava a lei divina e humana. E, finalmente, era uma falta de confiança nas profecias do Bandarra, que dizia que os israelitas haviam de prestar um grande serviço ao rei de Portugal na fundação do seu Império.

Vejamos uns trechos desta notável Petição:

«Ajudar-se-á também Vossa Majestade da inteligência e indústria destes homens, porque não só por sua indústria se podem trazer das nações estrangeiras por muito acomodado preço as cousas necessárias para a guerra, mas também por suas inteligências secretas se poderão saber os desígnios e granjear as notícias dos reinos estranhos, sem as quais se não pode bem governar o próprio. [...] Admitindo-os Vossa Majestade, poderá sustentar a guerra de Castela, ainda que dure muitos anos, como vemos no exemplo dos Holandeses que, fundando a sua conservação na mercância, não só têm cabedal para resistir, como têm resistido, a todo o poder de Espanha, mas para senhorear os mares e conquistar províncias em todas as partes do mundo. Por falta de comércio se reduziu a grandeza e opulência de Portugal ao miserável estado em que Vossa Majestade o achou, e a restauração do comércio é o caminho mais pronto de o restituir ao antigo e ainda mais feliz estado. [...] Primeiramente, favorecer aos homens de nação ou admiti-los neste Reino, na forma que se propõe, não é contra lei alguma, divina nem humana, antes é muito conforme aos sagrados cânones, doutrina dos Santos Padres e resoluções de muitos concílios gerais e particulares, que não ponho aqui, por não embaraçar este discurso, e se alegarão, sendo necessário. [...] Finalmente, o Sumo Pontífice, Vigário de Cristo, não só admite os que nós chamamos "cristãos-novos" (entre os quais e os velhos nenhuma diferença se faz em Itália), senão que, dentro da mesmo Roma e outras cidades, consente sinagogas públicas dos judeus que professam a lei de Moisés. [...] Pelas conveniências do comércio, admite Portugal (como se vê em Lisboa e em todas as cidades e portos marítimos) muitos hereges de Holanda, França e Inglaterra. Que

muito é logo que se admitam e conservem homens de nação, sendo neles muito maiores as razões do nosso interesse? Tudo o que ganham os mercadores estrangeiros enriquece as suas províncias e pátrias, e o que negoceiam os Portugueses fica na nossa. [...] Finalmente, a heresia das outras nações é muito mais contagiosa que o judaísmo, porque o que está mais distante pega-se menos; e o judaísmo, como não confessa a Cristo, dista mais da fé católica que as seitas dos outros hereges, que todos O confessam. [...] Se o dinheiro dos homens de nação está sustentando as armas dos hereges, para que semeiem e estendam as seitas de Lutero e Calvino pelo mundo, não é maior serviço de Deus e da Igreja que sirva este mesmo dinheiro às armas do rei mais católico, para propagar e dilatar pelo mundo a lei e a fé de Cristo? [...] E não só nos gentios de nossas conquistas melhorará o partido da fé, mas nos mesmos homens de nação, fugitivos deste Reino, porque é certo que nos estranhos onde vivem com liberdade de consciência, muitos deles são verdadeiros católicos, nos quais, vivendo entre cristãos, se aumentará a fé e a piedade; todos os seus inocentes morrerão baptizados e se salvarão tantas almas que por falta de baptismo se perdem. E ainda os que interiormente foram infiéis, à vista dos bons exemplos e doutrina da Igreja, terão ocasião de se converterem a ela, o que entre os hereges lhes falta; porque, posto que a experiência tenha mostrado que é fingida a cristandade de muitos, a mão de Deus não é abreviada nem devemos desconfiar dos eficazes poderes de sua graça, pois sabemos que desta mesma nação há e houve em todas as idades da Igreja Católica muitos homens santos e doutos, que com a pureza da vida e verdade da doutrina a ilustraram, e muitos que com o seu sangue a ajudaram a plantar e defender; porque, enfim, desta nação foram os apóstolos e a Virgem Santíssima. Este foi o sangue que o Filho de Deus se dignou tomar para preço da nossa redenção e união da sua divindade, que é uma razão que entre todas deve mover muito a clemência de Vossa Majestade, para se compadecer da miséria desta gente e procurar o remédio ou de sua inocência nos bons, ou de sua cegueira nos maus, devendo-se esperar com muito fundamento que, por meio do favor de Vossa Majestade lhes fizer, se alcance deles o que pela severidade do rigor se não tem conseguido. Porque, além de ser de fé que toda esta nação se há de converter e conhecer a Cristo [*Rom.*, 11, 25-26], as nossas profecias contam esta felicidade entre os prodigiosos efeitos do milagroso reinado de Vossa Majestade; porque dizem que ao Rei Encoberto virão ajudar os filhos de Jacob e que, por meio deste socorro, tornarão ao conhecimento da verdade de Cristo, a quem reconhecerão e adorarão por Deus» (*Var.*, II 13-14; 16; 19-21; 23-24).

Quatro anos depois, Vieira, já tendo conhecimento pessoal dos judeus em Ruão e Amesterdão, dirige a D. João IV, em nome dos cristãos-novos, outra petição, contendo as queixas desta gente contra o modo de proceder do Santo Ofício. O que os «homens de nação» desejam resume-se em três pontos. Primeiro: querem *abertas e publicadas*, isto é, querem que os réus conheçam os nomes dos denunciantes e os pontos de acusação para que se não vejam obrigados a defender-se às cegas, como era de praxe na Inquisição portuguesa. Segundo: querem que se isentem do fisco todos os cabedais que estiverem empregados no comércio português (até então, o Santo Ofício costumava confiscar imediatamente todos os bens dos denunciados, esquecendo-se muitas vezes de lhos devolver, mesmo depois de absolvidos). Terceiro: querem que se extinga a odiosa distinção entre cristãos-antigos e cristãos-novos, devendo a Inquisição fazer o exame pelo que toca à fé e não pelo que diz respeito ao sangue. Vieira não quer ir ao ponto de pedir para eles sinagogas públicas ou liberdade de consciência, ainda que para uma e outra coisa se pudessem aduzir bons exemplos e motivos. Só pede justiça. Pouco tempo depois, redige um terceira petição em que, moderando os seus desideratos, se limita à proposta de isentar do fisco o capital dos cristãos-novos empregado no comércio português. Ao que parece, a petição anterior fora demasiadamente audaciosa para ser aceitável. Vieira não cessava de inculcar no ânimo do rei a necessidade da isenção do fisco porque planeava a fundação de uma Companhia do Comércio para o Brasil, da qual esperava a libertação de Pernambuco e a reanimação do comércio de Portugal.

A situação política e militar não era menos risonha do que a económica. Portugal recuperara a indepen-

dência, mas o feliz sucesso era mais devido às dificuldades momentâneas de Castela do que à força militar ou prosperidade de Portugal. Um dos primeiros actos do novo regime foi recorrer às numerosas potências europeias que estavam em pé de guerra com Castela; mas logo teve de reconhecer que, tratando-se de uma nação sem recursos, como era o caso de Portugal, não bastava ser inimigo dos Espanhóis para poder contar com socorros eficientes. Firmaram-se tratados de amizade com alguns países, mas o auxílio efectivo reduzia-se a pouca coisa.

Eram sobremaneira complicadas as relações com a Holanda, que se aproveitara do domínio castelhano sobre Portugal para roubar a este país uma parte considerável das suas conquistas no Oriente e no Ocidente. Os Estados-Gerais concluíam, em Junho de 1641, um tratado de armistício com o governo de Lisboa, ordenando a imediata suspensão de hostilidades entre as duas potências na Europa e mandando um modesto auxílio militar a Portugal. Recusavam-se, porém, a restituir a rica presa colonial. No Brasil, a suspensão de armas havia de entrar em vigor depois de ali ter chegado a notícia da ratificação, facto que, por pouco apressado, se deu finalmente em Julho de 1642. A partir dessa data ambas as partes haviam de respeitar o *status quo*. Antes da data fatal, porém, os Holandeses, abusando traiçoeiramente daquela cláusula, apoderaram-se do Ceará e Maranhão no Brasil, e de Luanda e São Tomé na África. Esses actos prepotentes, a que o governo de Lisboa só podia responder com protestos inúteis, convenceram os Portugueses de que os seus aliados batavos agiam de má-fé. Mas, passados três ou quatro anos, os papéis estavam trocados: eram os Estados-Gerais que punham em dúvida a boa fé de Lisboa. A população de Pernambuco insurgira-se

— «espontaneamente», como pretendia a diplomacia portuguesa — contra os invasores. Ora, na Haia, era um segredo público que os «rebeldes» eram apoiados pelo governador da Baía, o qual, por sua vez, assim procedia com o conhecimento e colaboração da metrópole. As reiteradas queixas dos accionistas da Companhia das Índias Ocidentais faziam que os Estados-Gerais se mostrassem cada vez menos dispostos a negociar a paz definitiva com o Embaixador português na Haia.

Outra questão nevrálgica era o facto incómodo de que as nações europeias se iam reunir na Vestefália para concluir a «Paz Geral». O governo de D. João IV considerava a inclusão de Portugal neste tratado como condição indispensável para a sobrevivência da autonomia portuguesa. Se Castela, não incomodada pela França e Holanda, tivesse as mãos livres na Península, decerto estariam contados os dias do Portugal restaurado. Era urgente que as Embaixadas portuguesas em Paris e Haia ficassem a par do que se pensava e pretendia em Lisboa, e que o governo português, por seu turno, ficasse bem informado do que ia pelas cortes do Norte da Europa.

Foi por esses motivos que António Vieira, em 1646, foi enviado a França e à Holanda. A sua missão era «para-diplomática», não oficial. O jesuíta devia actuar em segundo plano e em estreita cooperação com os ministros plenipotenciários nas duas cortes.

Vieira chegou à Haia no dia 18 de Abril de 1646, onde encontrou o Embaixador Francisco de Sousa Coutinho envolvido numa luta desesperada com os Estados-Gerais. As negociações estavam praticamente paralisadas, cabendo a Vieira a tarefa de as pôr de novo em andamento. Os Holandeses deviam ser convencidos de que D. João IV nada tinha a ver com os rebeldes pernambucanos — mas não era menos importante que fossem induzidos a ceder Pernambuco por um preço razoável. Como, porém, reencetar as negociações interrompidas? Durante as suas longas conversas com o Embaixador, Vieira foi-se compenetrando de que o suborno era a única solução: o dinheiro português teria de correr pela Holanda. Só ele acabaria por abalar aquela gente avara. Sousa Coutinho já tinha pronta a lista com os nomes de deputados e magistrados que decerto não resistiriam ao fascínio do ouro. Belos planos e, provavelmente, bem cogitados, mas fadados ao malogro se o governo português não corroborasse as promessas tentadoras com metal sonante. O que era essencial era pagar o preço exigido pelos donos efectivos da terra pernambucana e, além disso, «comprar a mesma compra». Com estas notícias Vieira regressou a Portugal, no Verão de 1646, e escreveu um relatório no qual propunha a compra de Pernambuco aos Estados-Gerais pela quantia de três milhões de cruzados, a pagar dentro de um prazo de cinco a seis anos, e mais cerca de meio milhão «para comprar as vontades» dos Batavos mais poderosos. Com a minuciosidade de um guarda-livros, Vieira explica ao rei de que maneira se poderá arranjar o dinheiro, chegando à conclusão animadora de que as despesas e as receitas estarão em perfeito equilíbrio. Mais ainda: os mercadores portugueses poderiam tomar sobre si a fiança de fazerem esses pagamentos, não por sua pessoa, mas «em cabeça dos mercadores de Holanda». Não fora sem razão que o jesuíta entrara em contacto com os judeus de Ruão e Amesterdão.

Foi um período de intensa actividade para Vieira. Além de propor e calcular a compra de Pernambuco, sugeriu também a fundação de companhias mercantis e frisou a necessidade de mandar tropas para o Brasil,

ampliar e modernizar a frota e a marinha, etc. Todos concordavam com ele em que as medidas propostas eram úteis e até necessárias. Mas onde se poderia arranjar o dinheiro? Como poderiam ser vencidas as suspeitas dos Estados-Gerais, que teimavam em não querer reabrir as negociações com Francisco de Sousa Coutinho? Como evitar o isolamento do governo de Lisboa, agora que na Vestefália os preliminares da paz entre a Holanda e Espanha já se achavam em fase adiantada? Como interessar os Franceses pela causa lusitana? Portugal parecia encontrar-se num beco sem saída; o desânimo do governo crescia dia a dia; o desespero ditava-lhe planos absurdos. Quem não perdia o ânimo era António Vieira. O rei ouvia-lhe os planos com muita benevolência, mas não se atrevia a executá-los, porque todos eles implicavam uma mudança radical do estilo do Santo Ofício e uma atitude completamente diferente para com os cristãos-novos.

Em Agosto de 1647, o jesuíta foi pela segunda vez enviado à França e Holanda. Em Paris devia sondar Mazarino sobre as possibilidades de um casamento do príncipe herdeiro, D. Teodósio, com a duquesa de Montpensier — *la grande demoiselle*. O plano brotara, com toda a probabilidade, da mente inventiva de Vieira, mas fracassou rotundamente. Extremamente flexível, o jesuíta desistiu das suas tentativas casamenteiras e apressou-se a seguir para a Holanda, onde o esperava um sem-número de tarefas mais urgentes ainda. Ali devia comprar trigo e, coisa mais importante, navios para a frota portuguesa, destinados a entrar mais tarde em combate contra os próprios Holandeses; ali devia subornar e fazer subornar os altos funcionários; ali devia induzir os Estados-Gerais a concluir o tratado de paz com D. João IV, oferecendo-lhes a entrega de Pernambuco sob certas condições; ali devia empenhar-se pela inclusão de Portugal na Paz de Vestefália. Vastos planos, mas impossíveis de realizar sem uma chuva de ouro. Para tal o jesuíta contava com a ajuda de judeus ricos de Amesterdão, correspondentes dos cristãos-novos em Portugal. Mal chegou à Holanda, soube que a Inquisição, sem dúvida para lhe contrariar os planos, prendera o cristão-novo Duarte da Silva, que era o principal credor da Coroa portuguesa. Desacreditado entre os mercadores de Amesterdão e não recebendo dinheiro de Portugal, Vieira quase nada conseguiu do que se propusera fazer na Holanda. E pior ainda: os Estados-Gerais, cada vez mais alarmados com as infaustas notícias sobre a rebeldia pernambucana, exigiam, além da restituição integral e incondicional do Brasil holandês, uma elevada indemnização pelos danos sofridos e, ainda por cima, uma fortaleza na costa brasileira como garantia.

Vieira, que dispunha sempre de muitos expedientes, maquinava e lutava quanto podia, mas em vão. Em fins de Agosto de 1648 foi chamado de volta a Lisboa em circunstâncias que continuam um tanto misteriosas. Na capital portuguesa pôs-se a redigir uma proposta, que ficou célebre sob a designação de «O Papel Forte», nome que lhe foi dado pelo próprio rei. Dela tiramos aqui alguns passos significativos:

> «Replica-se a isto [sc. ao plano de abandonar Pernambuco aos Holandeses] que aquelas terras eram nossas, por nos serem dadas pelos sumos pontífices e que os Holandeses no-las não podiam tomar com justiça, por serem eles rebeldes a el-rei de Castela e el-rei de Castela intruso em Portugal. Responde-se que estas razões eram muito boas, se houveram de ser julgadas na Casa de Suplicação ou nos nossos confessionários; e ainda ali tinham muito que pleitear e averiguar; mas o que dá e tira os reinos no mundo é o direito das armas, cujas leis ou privilégios são muito mais largos; e segundo este direito costumaram sempre capitular os príncipes, principalmente quando um deles é menos poderoso, e só servem as razões e opiniões da justiça

para quando o que ficou leso se torna a ver em melhor fortuna. [...] Desta maneira damos Pernambuco aos Holandeses, e não dado senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre senão a retro aberto, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando nos virmos em melhor fortuna; que agora, é querer perder isto e o demais. [...] Finalmente, os Holandeses têm a sua indústria, o seu cuidado, a sua cobiça, o seu amor entre si e ao bem comum; nós temos a nossa desunião, a nossa inveja, a nossa presunção, o nosso descuido e a nossa perpétua atenção ao particular. [...] Neste ponto se representam dois meios com que Vossa Majestade possa sustentar a guerra. O primeiro é levantar Vossa Majestade companhias mercantis contra as de Holanda, que serão mais ricas e poderosas que as suas pelas comodidades de nossos portos e conquistas. [...] O segundo meio é extinguir as caravelas, navegar os açúcares em navios de força, introduzirem-se comboios nas cidades marítimas, sustentar Vossa Majestade oito navios de escolta, formar duas esquadras poderosas, que tragam os açúcares, as quais esquadras, indo uma e ficando outra, alternadamente, ficam também segurando os portos do Brasil e as costas de Portugal. [...] Nesta maneira se poderão introduzir as Companhias com mais segurança e proveito, e aumentar-se o comércio, que só com a paz cresce e com a guerra se destrói; reservando o que agora queríamos fazer aos Holandeses para tempo mais oportuno, em que não só lhe tornaremos a tomar o que agora lhe restituímos, mas tudo o que tão injustamente possuem nas nossas conquistas, e o uniremos com grande glória à Coroa de Vossa Majestade, à qual, não por esta senão por outra guerra, tem Deus guardado para possuir o Império do mundo» (*Var.*, III 39-40, 47, 73, 78-79, 106).

Sob o aspecto moral, o «Papel Forte» está longe de ser um escrito edificante, inspirado como é por uma política ambígua e oportunista. Não queremos ocultar nem defender o facto, limitando-nos a dizer que quem se mete na vida política, como Vieira se meteu, dificilmente fica com as mãos limpas. O projecto do jesuíta foi rejeitado pelo Conselho de Estado, certamente por motivos não de ordem ética, mas pragmática: Luanda fora reconquistada em 1648 e os resultados da guerrilha pernambucana eram animadores. Vieira e o seu amigo Francisco de Sousa Coutinho ficaram com o apelido de «Judas do Brasil». Muitos

se escandalizaram com as palavras denegridoras relativas ao povo português que ocorriam no «Papel Forte». O prestígio do jesuíta foi declinando. O seu único triunfo político foi a fundação da Companhia do Comércio para o Brasil (1649), a qual não pouco contribuiu para a libertação definitiva de Pernambuco (1654). A despeito de todas as reclamações do Santo Ofício, o capital dos cristãos-novos, empregado nessa Companhia, ficaria isento de confiscação. Por enquanto, os inquisidores nada podiam empreender contra o valido do rei, mas não lhe perdoavam o atentado ao seu poder e prestígio. Uns quinze anos depois haviam de vingar-se dele.

Apesar de pouco proveitosas no plano diplomático, as viagens de Vieira à Holanda foram instrutivas e, até certo ponto, decisivas para a sua evolução mental. Foi ali que teve a oportunidade de conhecer *in loco* as forças motrizes de uma sociedade burguesa, moderna para a época. Inicialmente, vira nos Holandeses apenas hereges e piratas. Também depois das suas duas visitas às Províncias Unidas nunca se mostrou grande apreciador nem do país nem do clima nem do povo, mas não pôde deixar de reconhecer que os Batavos tinham uma organização social e económica muito superior à da sua pátria. Em que consistia a superioridade desses tão temíveis adversários de Portugal? Tinham certas qualidades que faziam grande falta ao «povo eleito» dos tempos modernos: o espírito cívico e empreendedor, a solidariedade e, sobretudo, a tolerância. António Vieira, sempre disposto a aprender também com o inimigo, pretendia transplantar, num contexto diferente, essas boas qualidades para Portugal. O que sentia em relação aos Holandeses era, como dizem os Alemães, uma *Hassliebe*: amor e admiração misturados com sentimentos de aversão e repúdio.

Na Holanda, Vieira teve ainda outra experiência que ele próprio julgava importantíssima para a sua evolução posterior: as discussões que sustentou, na sinagoga de Amesterdão, com o sábio judeu Menasse-ben-Israel. A este, o jesuíta teria convencido de que o Messias, como autor da nossa salvação espiritual, já apareceu na pessoa de Jesus Cristo (afirmação difícil de endossar); Menasse teria induzido Vieira (o que parece fidedigno) a crer que o Messias devia aparecer pela segunda vez, agora para efectuar a nossa salvação temporal e, nomeadamente, para reconduzir à Palestina as Dez Tribos da Dispersão, que ele localizava nas Américas. Vieira, por natureza sôfrego de profecias apocalípticas, tinha a alma preparada para receber essa mensagem. Além de lhe corroborar as suas próprias esperanças, patenteava-lhe a universalidade do messianismo. Sebastianista já de há muitos anos e firmemente convicto do papel histórico do povo português, o jesuíta acrescenta uma nova dimensão ao seu messianismo. Apoiando-se nos livros apocalípticos da Bíblia — sobretudo, o livro de Daniel e a Revelação de São João —, dá-lhe uma base bíblica e torna-se milenarista ou quiliasta, integrando na sua nova visão da história o sebastianismo lusocêntrico e reservando ao povo eleito do Velho Testamento um lugar de maior destaque ainda. Nascera a ideia do Quinto Império. Já em 1649 o encontramos ocupado com a redacção da *História do Futuro*, obra profética de que havemos de falar mais adiante.

Mas as circunstâncias não lhe permitiram dedicar-se por muito tempo à elaboração da grande obra projectada. Em Janeiro de 1650, o rei mandou-o a Itália com o encargo de ali arranjar uma noiva para D. Teodósio, o príncipe herdeiro, que então tinha quase dezasseis anos; sendo possível, devia também «desviar»

de Portugal a diligência dos Castelhanos, tentando promover em Nápoles motins contra eles, sempre com a devida discrição. A missão falhou por completo. Ante as ameaças do embaixador de Filipe IV em Roma, Vieira viu-se forçado a fugir apressadamente da Cidade Eterna sem ter conseguido nem o casamento nem os motins.

Regressado a Lisboa, verificou, não sem amargura, que a sua influência na Corte diminuíra bastante, embora o rei continuasse a estimá-lo como amigo. Desiludido ou, talvez melhor, desenganado do mundo, lembrou-se do seu velho ideal, que era o de evangelizar os índios do Brasil. Apresentou-se-lhe uma boa oportunidade: os Jesuítas, apoiados moral e financeiramente pelo rei, iam restaurar as suas antigas missões no Maranhão, abandonadas a contragosto por eles alguns anos antes. Vieira, amigo pessoal de D. João IV, era a pessoa indicada para dirigir a empresa. Assim ficou resolvido: o ex-diplomata e conselheiro do rei metamorfoseou-se em simples e humilde missionário.

Uma mudança radical? Radical, sim, quanto à escolha dos meios, mas nem tanto quanto à meta final. Não devemos esquecer que o fim transcendente do seu período «mundano» fora sempre preparar as grandes façanhas do Encoberto. Falhara como político. Embora o fracasso lhe magoasse o amor-próprio, não fazia mal. Também do outro lado do Oceano poderia prosseguir a sua grande tarefa histórica e, provavelmente, com resultados melhores: cumpria que os índios fossem integrados no Quinto Império; e, quem sabe, lhe seria dado encontrar entre eles os restos das Dez Tribos perdidas, de que lhe falara Menasse em Amesterdão? Para um coração como o de António Vieira, as decepções podem ser fecundas. No seu caso, deram origem a uma certa interiorização, da qual ele próprio

tinha consciência, escrevendo a D. Teodósio logo depois da sua chegada a São Luís: «Eu agora começo a ser religioso e espero na bondade divina [...] que acertarei a o ser, e verdadeiro padre da Companhia» (*Cartas*, I 301).

Assim, em fins de 1652, Vieira deixou o Reino para ir dirigir os trabalhos missionários da Companhia no Maranhão. Há quem diga que o deixou mau grado seu, mas, creio eu, sem argumentos suficientes. É mais provável que fosse contrariando a vontade do rei que Vieira saiu de Portugal.

3. *O «PAI GRANDE» DOS ÍNDIOS*

Ensinado mas não quebrado pelas experiências da sua vida turbulenta, António Vieira lançou-se imediatamente ao trabalho no Maranhão com a energia habitual. O seu espírito não perdera nem a elasticidade nem a inventividade, continuando a ser polémico e combativo. Multiplicando-se, desenvolveu inúmeras actividades a favor dos indígenas, que lhe deram o honroso apelido de *Paiaçu*, isto é, «Pai Grande».

Dirigia os trabalhos dos confrades, na sua qualidade de superior. Fazia extensas e incómodas viagens pelo rio Amazonas para visitar as aldeias, onde baptizava, confessava e dirigia as cerimónias religiosas. Aprendia os idiomas das diversas tribos índias, tornando-se capaz de escrever um conciso catecismo em seis línguas diferentes. Como ainda dispunha do seu ordenado de pregador régio, aplicava-o generosamente em dádivas para as missões, fornecendo não só cálices e custódias como também:

> «muitos sinos, muitas imagens de Cristo e de Nossa Senhora e de vários santos, umas de pintura para os retábulos e outras de relevo estofadas, assim maiores para os altares, como menores para as procissões; e até máscars e cascavéis para as danças das mesmas procissões, para mostrar aos gentios que a lei dos cristãos não é triste. E assim mesmo todo o aparato dos baptismos para se fazerem com grande pompa, necessária igualmente aos olhos da gente rude, que só se governa pelos sentidos; muitas resmas de papel, tintas e latas para os sepulcros, e imagens da Paixão para as procissões da Quaresma e Semana Santa, que tudo se introduziu desde logo para ficar mais bem fundado e estabelecido entre aqueles novos-cristãos, sendo matéria de grande devoção ver derramar por amor de Cristo e vestidos de disciplinantes à portuguesa, muitos daqueles mesmos que poucos meses antes se fartavam de sangue e carne humana; sendo raro o que naqueles dias não fizesse esta penitência, e para verem da mesma maneira com os olhos o mistério do nascimento de Cristo, cuja solenidade fazia [eu] celebrar com diálogos na sua língua, representados por seus próprios filhos» (*Var.*, IV 166-167).

O trecho citado, de pouco valor literário, mas de grande autenticidade, revela-nos a grande abertura mental de Vieira que, adaptando-se o mais possível ao estádio cultural dos seus neófitos, tudo fazia para lhes mostrar que «a lei dos cristãos não é triste». Neste ponto, seguia o método, infelizmente não incontestado, que os jesuítas aplicavam nas suas terras de missões, não só no Brasil, como também na China e na Índia. Só podemos lastimar que os catecismos e os «diálogos de Natal», escritos por Vieira, não tenham chegado aos nossos dias.

Era infatigável em defender os direitos dos índios. Sem dúvida, havia diversas leis que os regulavam. Os índios não podiam ser escravizados a não ser em casos expressamente estipulados, por exemplo, quando se tratava de resgatar cativos aprisionados por outros índios ou de cativos destinados a serem comidos por uma tribo inimiga ou, ainda, de índios presos numa «guerra justa», previamente autorizada pelo governo. Na prática, porém, as leis eram pouco respeitadas. Os governadores regionais não dispunham de meios eficazes para refrear a cobiça dos colonos ou estavam

de conivência com eles ou, pior ainda, apoiavam-nos abertamente. António Vieira, que chegara ao Maranhão munido de plenos poderes para criar aldeias índias sob a direcção espiritual e temporal dos Jesuítas, contentava-se inicialmente apenas com três aldeamentos. Mas não tardou a ter sérias brigas com os colonos, que se opunham ferozmente aos planos da Companhia, considerados desastrosos para a vida económica da província.

Em Outubro de 1653, viajou até Belém, onde encontrou uma situação pior ainda. De volta a São Luís, escreveu diversas cartas a D. João IV, propondo-lhe medidas drásticas, capazes de pôr termo ao escândalo da exploração dos indígenas. Escreveu também uma carta ao Padre Provincial do Brasil, na qual lhe dá a sua versão da famosa expedição do bandeirante paulistano Raposo Tavares, não hesitando em classificá-la de incursão depredatória e homicida, indigna de um reino católico. Finalmente, chegou uma carta do rei ao Maranhão; mas, por só conter resposta a uma situação já ultrapassada, de nada servia para resolver os problemas actuais.

Foi com o fim de informar pessoalmente o rei do que se passava na colónia que Vieira se resolveu a ir ao Reino, esperando conseguir aí uma legislação justa para os indígenas e adequada às circunstâncias existentes no Maranhão. Embarcou a furto no dia 14 de Junho de 1654. Na véspera da sua partida pregara, na igreja de São Luís, o seu notável sermão de Santo António. É um sermão pregado aos peixes, já que os homens não querem aproveitar a doutrina clara, sólida e verdadeira que o pregador muitas vezes lhes apresentou. Dirigindo-se então aos peixes, Vieira louva-lhes virtudes e censura-lhes vícios. Entre estes figura o de se comerem uns aos outros:

«A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande. [...] Olhai, peixes, lá do mar para a terra! Não, não: não é isso que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá! Para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas; vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer e como se hão de comer. Morreu algum deles, vereis logo tantos sobre o miserável a despedaçá-lo e comê-lo. Comem-no os herdeiros, comem-no os testamenteiros, comem-no os legatários, comem-no os acredores; comem-no os oficiais dos órfãos e os dos defuntos e ausentes; come-o o médico, que o curou ou[6] ajudou a morrer; come-o o sangrador que lhe tirou o sangue; come-o a mesma mulher, que de má vontade lhe dá para a mortalha o lençol mais velho da casa; come-o o que lhe abre a cova, o que lhe tange os sinos e os que, cantando, o levam a enterrar; enfim, ainda o pobre defunto o não comeu a terra, e já o tem comido toda a terra. Já que os homens se comeram somente depois de mortos, parece que era menos horror e menos matéria de sentimento. Mas para que conheçais a que chega a vossa crueldade, considerai, peixes, que também os homens se comem vivos assim como vós. [...] Vede um homem desses que andam perseguidos de pleitos ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Come-o o meirinho, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador, e ainda não está sentenciado, já está comido. São piores os homens que os corvos. O triste que foi à forca, não o comem os corvos senão depois de executado e morto; e o que anda em juízo, ainda não está executado nem sentenciado, e já está comido. E para que vejais como estes comidos na terra são os pequenos e pelos mesmos modos com que vós comeis no mar, ouvi a Deus queixando-se deste pecado: "Cuidais que não há de vir tempo em que conheçam e paguem o seu merecido aqueles que cometem a maldade?" [*Salmo*, 13, 4]. E que maldade é esta, à qual Deus singularmente chama maldade, como se não houvera outra no mundo? E quem são aqueles que a cometem?

A maldade é comerem-se os homens uns aos outros, e os que a cometem são os maiores que comem os pequenos, [que devoram o meu povo como um pedaço de pão]» (*Serm.*, VII 260-262).

A travessia do Oceano não se deu sem numerosas aventuras, de modo que Vieira só chegou a Lisboa no final de 1654. Encontrou D. João IV gravemente enfermo, o que devia pôr à prova o seu sebastianismo, que via na pessoa do monarca doente o futuro Imperador do Mundo. Aguardando as melhoras do rei, que de facto não demoraram muito, Vieira não passou em ociosidade a sua estada em Lisboa. Além de visitar os seus amigos e frequentar as chancelarias reais para obter despacho pronto e favorável, proferiu nesse período em Lisboa dois sermões que são dos melhores entre os que nos deixou: o Sermão da Sexagésima e o Sermão do Bom Ladrão. Pregou o primeiro, na capela real, sobre o texto evangélico do domingo: «O semeador saiu a semear a sua semente.» Este sermão divide-se nitidamente em duas partes. Na primeira, Vieira defende-se das más-línguas que comentavam com malícia o seu regresso prematuro à vida confortável da Corte, e explica-lhes que há casos em que se justifica um regresso temporário do semeador para lhe possibilitar um melhor êxito na execução da sua tarefa. Na segunda parte, que é muito mais extensa, Vieira fala das qualidades que os ouvintes, o pregador e o sermão devem ter para que a semente do semeador — a palavra de Deus — possa frutificar. É um pequeno tratado sobre a arte de pregar, cheio de vida, finas observações psicológicas e remoques satíricos. Tencionamos voltar a este sermão no capítulo III do presente estudo.

O Sermão do Bom Ladrão, pregado na igreja da Misericórdia por ocasião da sexta-feira santa de 1655,

flagela impiedosamente os vícios dos poderosos deste mundo, quer na metrópole, quer nas colónias. Nele ocorre um célebre trecho sobre a conjugação omnímoda do verbo *rapio* (=roubar):

«Encomendou el-rei D. João o Terceiro a São Francisco Xavier o informasse do estado da Índia por via de seu companheiro, que era mestre do príncipe; e o que o santo escreveu de lá, sem nomear ofícios nem pessoas, foi que o verbo *rapio* na Índia se conjugava por todos os modos. A frase parece jocosa em negócio tão sério; mas falou o servo de Deus como fala Deus, que em uma palavra diz tudo. [...] *Dicuntur satrapae, quia satis rapiunt* [...]: "Chamam-se sátrapas, porque costumam roubar assaz", e este "assaz" é o que especificou São Francisco Xavier, dizendo que conjugam o verbo *rapio* por todos os modos. O que eu posso acrescentar, pela experiência que tenho, é que não só do Cabo da Boa Esperança para lá, mas também das partes daquém se usa igualmente a mesma conjugação. Conjugam por todos os modos o verbo *rapio*; porque furtam por todos os modos da arte, não falando em outros novos e esquisitos, que não conheceu Donato nem Despautério[7]. Tanto que lá chegam, começam a furtar pelo modo indicativo, porque a primeira informação que pedem aos práticos, é que lhes apontem e mostrem os caminhos por onde podem abarcar tudo. Furtam pelo modo imperativo, porque, como têm o mero e misto império, todo ele aplicam despoticamente às execuções na rapina. Furtam pelo modo mandativo, porque aceitam quanto lhes mandam; e para que mandem todos, os que não mandam não são aceitos. Furtam pelo modo optativo, porque desejam quanto lhes parece bem; e gabando as cousas desejadas aos donos delas, por cortesia sem vontade as fazem suas. Furtam pelo modo conjuntivo, porque ajuntam o seu pouco cabedal com o daqueles que manejam muito; e basta só que ajuntem a sua graça para serem, quando menos, meeiros na ganância. Furtam pelo modo potencial, porque sem pretexeto nem cerimónia usam de potência. Furtam pelo modo permissivo, porque permitem que outros furtem, e estes compram as permissões. Furtam pelo modo infinitivo, porque não tem fim o furtar com o fim do governo, e sempre lá deixam raízes em que se vão continuando os furtos. Estes mesmos modos conjugam por todas as pessoas; porque a primeira pessoa do verbo é a sua, as segundas os seus criados, e as terceiras quantas para isso têm indústria e consciência. Furtam juntamente por todos os tempos, porque do presente (que é o seu tempo) colhem quanto dá de si o triénio; e para incluírem no presente o pretérito e futuro, do pretérito desenterram cri-

mes de que vendem os perdões e dívidas esquecidas de que se pagam inteiramente; e do futuro empenham as rendas e antecipam os contratos, com que tudo o caído e não caído lhes vem a cair nas mãos. Finalmente, nos mesmos tempos não lhes escapam os imperfeitos, perfeitos, plusquamperfeitos e quaisquer outros, porque furtam, furtaram, furtavam, furtariam e haveriam de furtar se mais houvesse. Em suma que o resumo de toda esta rapante conjugação vem a ser o supino do mesmo verbo: "a furtar, para furtar". E quando eles têm conjugado assim toda a voz activa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos; e elas ficam roubadas e consumidas» (*Serm.*, V 71-73).

O rei sarou; e, pouco tempo depois da Páscoa, foi assentado o novo regime dos índios no Maranhão. Proibia-se qualquer guerra ofensiva contra eles sem a autorização prévia do rei; as aldeias seriam dirigidas directamente pelos Jesuítas, inclusive no que dizia respeito às coisas temporais; em Lisboa ficaria instituída uma Junta das Missões sob a presidência de D. André Fernandes, bispo titular do Japão, amigo e confrade de Vieira; e, finalmente, André Vidal de Negreiros, o herói de Pernambuco, era nomeado governador do Maranhão, sendo também ele amigo de Vieira.

Foi uma vitória espectacular para o jesuíta — mas quem estivesse bem a par da situação existente no Maranhão podia prever que o triunfo não era decisivo nem seria de longa duração. Naquele tempo, o braço forte do governo central não alcançava muito longe. Os meios de comunicação entre a metrópole e as colónias eram muito deficientes; e as medidas governamentais, quer boas quer más, podiam fácil e impunemente ser sabotadas pelos colonos, que se julgavam os donos das províncias ultramarinas. Sem dúvida, Vieira conseguiu, depois do seu regresso ao Maranhão, alguns bons resultados: em certa altura, o número de aldeias dirigidas pela Companhia elevava-se a 51. Mas a protecção aos Índios exasperava os brancos senhores da terra, que se viam privados de mão-de-obra barata e exigiam que os Padres se limitassem à direcção espiritual das aldeias. Houve insinuações, acusações e petições; até rebentou um motim do povo de São Luís contra os «urubus», motim habilmente teleguiado pelos fazendeiros interessados. Alguns Padres da colónia, nomeadamente os Carmelitas, tomaram abertamente o partido dos colonos. Negreiros, decepcionado, regressou a Pernambuco: fora capaz de chefiar a insurreição pernambucana contra os Holandeses, mas sentia-se incapaz de fazer respeitar a lei no Maranhão. Em 1656 falecia D. João IV. Três anos antes morrera D. Teodósio, de modo que D. Luísa, a viúva do monarca defunto, assumiu a regência. Ela, apesar de favorecer os Jesuítas, não pôde intervir com energia nos negócios da colónia, porque teve de enfrentar na metrópole alguns graves problemas que lhe absorviam toda a atenção. Além disso, morrera em 1660 D. André Fernandes, o grande amigo de Vieira.

Seria incompatível com o escopo deste trabalho determo-nos na exposição dos acontecimentos destes anos tumultuários. Basta dizermos que Vieira lutou até ao fim pelos direitos dos Índios, sem desânimo e sem hesitação. Em Setembro de 1661 foi forçado a embarcar, com diversos dos seus confrades, num navio que os devia repatriar. Lá chegou em Novembro do mesmo ano.

Não podemos concluir este episódio da vida de Vieira sem mencionarmos um facto que para ele teria consequências gravíssimas, mas no momento completamente imprevistas. Numa das viagens pela selva amazónica, o missionário escreveu uma carta a D. André Fernandes (1659), em que, baseando-se nas profecias

do Bandarra, lhe predizia a ressurreição de D. João IV mediante o seguinte silogismo:

> «O Bandarra é verdadeiro profeta. O Bandarra profetizou que el-rei D. João IV há de obrar muitas coisas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando. Logo, el-rei D. João IV há de ressuscitar» (*Var.*, IV 29).

Com todos os seus trabalhos apostólicos e com todas as suas lutas contra a cobiça dos colonos, o missionário não estava esquecido do seu velho sonho messiânico. A carta custou-lhe caro. Copiada e comentada por amigos e inimigos, deu azo a uma terrível vingança dos inquisidores que, rancorosos contra ele pela fundação da companhia mercantil, procuravam um pretexto para lhe causar a ruína. Nos primeiros anos da Restauração, Bandarra fora um profeta nacional, invocado e elogiado por todos, inclusive por alguns inquisidores. Mas agora o Bandarrismo passava por heresia perniciosa que cheirava a hebraísmo.

4. *SILOGISMOS E CRUZES*

Em Portugal, o jesuíta foi bem recebido pela rainha-regente, que o convidou a pregar, no Dia dos Reis, na capela real. Vieira, acedendo ao convite, dirigiu uma violenta invectiva contra o que, a seus olhos, constituía uma ignóbil traição ao sagrado dever do povo português de cristianizar a América. Mas os interessados no desenvolvimento da vida económica do Maranhão conseguiram, ajudados pelos seus cúmplices na metrópole, que os Jesuítas não fossem restaurados na colónia. No Verão do mesmo ano deu-se o golpe do príncipe D. Afonso VI, ou antes, o do conde de Castelo Melhor. A Companhia perdeu a sua influência

na Corte. Vieira foi relegado para o Porto e, pouco tempo depois, para Coimbra (Fevereiro de 1663).

Foi então que se pôs a trabalhar de novo — e desta vez, febrilmente — na elaboração sistemática da sua *História do Futuro*, obra iniciada em 1649, mas logo em seguida abandonada devido a outras actividades. O tempo urgia. Estava-se aproximando o ano de 1666, data considerada por muitos como decisiva para o destino da humanidade, não só em Portugal, como também em outros países da Europa, sobretudo nos meios influenciados pela Cabala. Alguns prediziam o fim do mundo para este ano. Vieira, baseando-se em especulações cabalísticas, combinadas com caprichosas interpretações do Apocalipse, aguardava para 1666 a instalação do Império Consumado de Cristo no mundo. Vivendo nesta expectativa, trabalhava quanto podia, por medo de se darem os acontecimentos antes que saísse o livro, e lhe tirarem toda a graça.

As circunstâncias em que redigia a sua obra eram pouco risonhas. Perdera a influência na corte, não passando de um pobre relegado, hostilizado por muitos e vigiado pelo Santo Ofício. Parece que, naquela época, o desprestígio pouco o incomodava. Agora que a intervenção divina na história da humanidade estava iminente, a sua participação directa na vida política e social tornara-se de somenos importância. Acompanhava, sim, com grande interesse os sucessos políticos, mais, porém, com o intuito de interpretá-los profeticamente do que com o desejo de dirigi-los pessoalmente. Embora detestasse o clima de Coimbra, ao qual imputava as suas constantes enfermidades, chegou a considerar a sua estada na «Atenas Portuguesa» não como um desterro mas como um passeio pelo Paraíso. Na biblioteca do colégio dos Jesuítas, de cuja reorganização ficou encarregado, encontrava muitos tesouros

de que um entendido em assuntos apocalípticos podia tirar grande proveito. Não se contentando com os tesouros existentes nessa biblioteca, pedia aos seus confidentes que lhe enviassem de outros lugares textos não encontrados em Coimbra, sobretudo textos proféticos. Assim passava Vieira os dias, ou no colégio da cidade ou na chácara Vila Franca, «só consigo e com os livros».

Vivendo com os livros e constantemente meditando na obra projectada, Vieira podia dar-se por contente, se não fosse tão precário o estado da sua saúde. Era-lhe impossível consagrar-se com todo o afinco à execução da grande tarefa. Perpetuamente enfermo, esteve em 1663 vários meses de cama, com risco de morte: «três vezes morto, três vezes vivo», e os dois anos seguintes não lhe correram melhor. Esgotando a ciência dos médicos, que praticamente se resumia em submetê-lo a purgas e sangrias, sofria por ver os dias passando e o trabalho paralisado. Em Fevereiro de 1665 escrevia a um amigo: «Eu apresso o livro quanto posso, por sinal que, escarrando vermelho, como avisei V. Ex.ª, o encubro, só porque os médicos me não tirem a pena da mão» (*Cartas*, II 124-125). Nos raros intervalos de convalescença, empregava todo o tempo disponível na composição da *História do Futuro*. Gostaria de poder confiar a matéria a outra pessoa, mas não achava ninguém em cujo talento se pudesse fiar desta empresa.

Além desses incómodos, Vieira padecia outras vexações ainda, não menos graves. O Santo Ofício declara-lhe a guerra. Em 1663, já antes de se abrir oficialmente o processo contra ele, foi por duas vezes interrogado pelos inquisidores acerca da carta que, estando no Maranhão, dirigira a D. André Fernandes. No dia 3 de Outubro do mesmo ano, foi declarado réu e, depois

de vários interrogatórios em que teimava em sustentar a sua inocência, pediu licença à Mesa inquisitorial, não para defender ou justificar as teses controversas, mas simplesmente para lhes explicar o seu fundamento e verdadeiro sentido, visto que as censuras apresentadas não lhe pareciam corresponder ao que havia escrito, sujeitando-se, desde já, ao juízo dos senhores inquisidores, como filho obediente da Igreja Católica. O pedido foi deferido (Abril de 1664). Mas a recaída em febres, tosses e expectoração impediu-o por longo tempo de trabalhar na defesa prometida. Aliás, parece que o réu não andava muito preocupado com a redacção da sua apologia. O que lhe interessava muito mais, nos escassos períodos de alento, era o andamento da política europeia e nacional, ou a visita de um cometa aos países mediterrânicos e ao Brasil. Interessava-o também prosseguir a redacção da sua *História do Futuro*, que seria a sua melhor apologia.

A 23 de Dezembro de 1664, decorrido um espaço de mais de oito meses depois do último interrogatório, Vieira teve de comparecer de novo perante o tribunal com os papéis que tivesse prontos. Em rigor, Vieira não tinha nada pronto da sua defesa, podendo mostrar à Mesa apenas os rascunhos da sua *História do Futuro*, uns trinta cadernos de folha de papel, alguns acabados de escrever, outros só principiados. Invocando as suas doenças, Vieira pediu a prorrogação do prazo, que lhe foi concedida até à Páscoa, e levou os papéis para casa. O que nestes três meses se adiantou não foi a solicitada apologia, mas, sim, a *História*. Foi nesse período que lhe ocorreu a ideia de escrever um livro introdutório a ela, intitulado *Livro Anteprimeiro*, no qual trabalhou como possesso. Duas semanas antes de se extinguir o prazo fatal, escrevia ao seu amigo D. Rodrigo de Meneses que, cedendo

à presão exercida sobre ele pela Corte, mandara um «pequeno retalho da peça» para Lisboa, evidentemente com o fim de aliciar a Corte a comprar o «pano» inteiro. O «retalho» designava uns doze capítulos do *Livro Anteprimeiro*, e o comprador visado era, obviamente, Castelo Melhor, o ministro omnipotente do rei semi-analfabeto D. Afonso VI. Mas a Corte não deu nenhum sinal de se interessar pelo «pano inteiro». Não tomou a defesa do livro nem do autor. A obra chegou a ser publicada, mas só em 1718, vinte anos depois da morte do autor.

Poucos dias depois da remessa, Vieira adoeceu gravemente, ficando impossibilitado de comparecer perante o tribunal. A doença foi-se prolongando até Julho, impedindo-lhe a continuação da obra e mal lhe deixando a energia necessária para escrever algumas linhas aos seus confidentes. Mas, depois de recuperado, não se apressou a redigir a defesa prometida e limitou-se a mandar atestados de enfermidade ao Santo Ofício. Entretanto foi-se esgotando a paciência dos inquisidores. Em Setembro foi intimado a entregar, sem demora, os cadernos no estado em que estivessem, prontos ou não. O que Vieira fez entregando, no dia 14, onze maços ao tribunal que, desta vez, não lhos devolveu, mas com eles iniciou a pasta de documentos referentes ao processo de Vieira, ainda hoje conservados na Torre do Tombo. Nos maços 5 e 7 se encontram alguns capítulos mais ou menos concluídos da *História do Futuro* propriamente dita; em dois outros maços, matéria relacionada com o *Livro Anteprimeiro*.

Parece que Vieira só então reconheceu a gravidade da sua situação. Escreveu uma petição ao Conselho Geral da Inquisição, acompanhada de uma carta pessoal destinada a Diogo Velho, o secretário. Era tarde. Sem ter recebido uma resposta à sua petição, foi recolhido à custódia do Santo Ofício no dia 1 de Outubro. Encarcerado, escreveu ali, entre 16 de Novembro e 23 de Julho do ano seguinte, duas largas *Representações*, obra notável, da qual dirá, no fim da sua vida, que a escreveu «sin libro alguno, y solo con papel y pluma». Com efeito, ao redigi-lo, apenas tinha ao seu dispor a Bíblia (sem uma concordância) e o breviário. Podemos considerar as duas *Representações* como a sua apologia, tantas vezes prometida e nunca posta por escrito, ou também como o compêndio da sua *História do Futuro*. Um compêndio sem flores literárias, sem ampliações retóricas nem citações eruditas — prova convincente de que Vieira tinha na cabeça todos os elementos essenciais da sua tese, e revelando também que a sua índole inquieta necessitava de alguma coacção externa para poder delimitar um determinado assunto, sem se perder em divagações.

Apesar dessas grandes qualidades, as *Representações* não granjearam os louvores de Frei Filipe da Rocha, o qualificador do escrito. Este só lhe olhava os defeitos, dizendo que o autor, «cego de tanta soberba e presunção, cuida que remedeia com o que representa», e concluindo que Vieira, tendo despendido três silogismos em declarar o Bandarra profeta, «gastaria melhor em fazer três cruzes: a primeira na testa, para que Deus o livrasse de tais motivos e pensamentos; a segunda na boca, para que o livrasse de tão mal sonantes palavras; a terceira no peito, para que o livrasse da afeição ao Bandarra e aos judeus» (*Var.*, IV p. LII).

O ano de 1666 decorreu sem trazer os grandes acontecimentos profetizados. Vieira não se deu por vencido: desmentido pelos factos num ponto apenas acessório, manteve-se fiel à essência da sua tese, só disposto a abandoná-la quando lhe comprovassem que fosse contrária à doutrina da Igreja. Julgava-se mal com-

preendido e queixava-se de não ter a oportunidade de esclarecer as suas opiniões em discussão franca com os inquisidores. Estes informaram-no, em 1667, de que Sua Santidade perfilhava as censuras da Mesa inquisitorial. A notícia abalou-o, porque sempre fizera questão de ser filho obediente da Igreja; confundiu-o também, porque continuava sem saber em que residia a sua falta de ortodoxia. Escreveu mais uma *Defesa*, desta vez muito mais sucinta, em que apontava, um por um, os fundamentos bíblicos e teológicos das opiniões emitidas, suplicando que se lhe emendassem os possíveis erros. O tribunal, na sessão de 18 de Outubro de 1667, nem sequer lhe quis receber este opúsculo que se conservou igualmente entre os documentos do seu processo e que, para nós, é sobremaneira interessante por causa dos numerosos dados autobiográficos que contém.

Exausto pelos interrogatórios, desesperado por não encontrar justiça e ignorando como e de que se defender, Vieira submeteu-se finalmente, sem restrições, à decisão dos seus juízes impiedosos. A 23 de Dezembro de 1667 foi-lhe lida, na sala da Inquisição de Coimbra, a sentença final, em cuja leitura se gastaram duas horas e um quarto: era condenado a reclusão num colégio ou casa da Companhia, onde para sempre ficaria privado de voz activa e passiva e da faculdade de pregar; era-lhe severamente proibido voltar a apregoar aquelas proposições «heréticas, temerárias, mal soantes e escandalosas».

Foi-lhe designada para residência a casa do noviciado da Cotovia, em Lisboa. Mas não lhe durou muito tempo a reclusão. Logo no ano seguinte, graças a um golpe de Estado promovido por D. Pedro II, Vieira recuperou a liberdade — mas não o prestígio nem a influência dos tempos idos. Tinha, sem dúvida, alguns

amigos na Corte, que o favoreciam e apoiavam, mas nem estes estavam em condições de lhe arranjar um emprego que estivesse à altura dos seus talentos. O príncipe-regente mantinha-se a uma distância reservada do jesuíta, atitude que podia revelar indiferença ou desconfiança. Para captar as boas graças de D. Maria Francisca Isabel, a esposa de D. Pedro, Vieira redigiu um sermão em que a adulava profusamente; não chegou a proferi-lo, provavelmente por estar doente no dia marcado. O sermão, indigno do génio de Vieira, foi publicado por um amigo e admirador — mas a publicação não surtiu o efeito desejado. O próprio autor teve a prudência de o não incluir na edição das suas homilias.

Vieira sentia-se preterido e postergado em Portugal. Contara com a sua reabilitação; o que obteve foi apenas a liberdade. A reabilitação tão ardentemente desejada não se deu. Era uma injúria. Quando diplomata e conselheiro de D. João IV, tinha sido difamado na sua honra de patriota; quando missionário, fora sem cerimónia expulso do Maranhão; agora se via vítima de uma sentença inquisitorial que o comprometia como teólogo ortodoxo, sem que ninguém se preocupasse em revogá-la. Traumatizado, Vieira passava por uma das crises mais graves da sua vida. Não era da madeira que se talha para dar um santo. Por outro lado, não era tão mesquinho que só se deleitasse em tirar vingança dos seus adversários. O que pedia era justiça para si e para a sua causa.

Achando-se nesta situação, não é de estranhar que Vieira saudasse com alegria o dia em que pôde sair de Portugal para se dirigir a Roma, onde devia pleitear a canonização do jesuíta português Inácio de Azevedo que, em 1570, com outros companheiros fora lançado ao mar por calvinistas franceses, perto da costa

brasileira. O assunto não lhe tomou muita atenção nem muito tempo. O que lhe parecia muito mais importante era obter do papa a revisão do seu processo e a reabilitação da sua fama como teólogo de insuspeita ortodoxia.

Para tal esperava poder contar com o apoio do Padre Geral dos jesuítas, João Paulo Oliva, que de facto, logo depois de conhecer o padre português, deu diversas provas de o apreciar. Apresentou-o a várias pessoas de destaque na Cidade Eterna; exortou-o a estudar a fundo a língua italiana de modo que, dominando-a, pudesse brilhar nos púlpitos romanos. Mas não estava disposto a ir tão longe como Vieira desejava: tinha medo de que uma revisão do processo viesse a complicar ainda mais as relações já pouco cordiais entre a Inquisição e a Companhia em Portugal. Temia represálias.

Vieira passou quase seis anos em Roma (1669-1675). Tornou-se um pregador de renome não só entre os membros da pequena colónia portuguesa como, algum tempo depois, também entre os Italianos apreciadores da homilética barroca. Os seus sermões eram ouvidos e admirados pelos entendidos na matéria: leigos e prelados, entre os quais se achavam também alguns cardeais da Cúria. Cristina da Suécia, a culta mas caprichosa ex-rainha, que em 1668 se estabelecera em Roma, convidou-o a pregar na sua capela, onde o jesuíta deliciou o auditório com uma série de cinco sermões sobre as Pedras de David. Admitido no seu palácio, Vieira foi desafiado a defender, numa contenda literária com o Padre Jerónimo Catâneo, as lágrimas de Heraclito contra o riso de Demócrito. O português defendeu-as vitoriosamente, provando ser o riso do abderita coisa inepta, impiedosa e desumana.

Aparentemente, tudo corria às mil maravilhas para o jesuíta, cujo palco era agora um dos grandes centros internacionais da cultura europeia. Poderíamos facilmente imaginá-lo voltando as costas à ingrata pátria. Na realidade, porém, não se sentia feliz. Vivia em Roma, mas o seu coração estava em Portugal. Considerando a sua estada ali como um desterro, acompanhava com muito interesse os acontecimentos no Reino, ansioso por influenciá-los de longe. Já em 1671 se lhe oferecia uma oportunidade para intervir nos negócios públicos de Portugal. Cometera-se, nesse ano, um roubo sacrílego no mosteiro de Odivelas, praticado, como mais tarde se evidenciou, por um ladrão ordinário, mas que os fanáticos desde logo teimavam em imputar aos cristãos-novos. Houve uma terrível explosão de anti-semitismo, que induziu o príncipe-regente, pouco seguro ainda do seu poder e desejoso de ganhar a simpatia do povo, a ameaçar a «ímpia gente» com castigos rigorosíssimos: confisco dos bens, expulsão do país, etc. Medidas que, além de injustas eram insensatas, e que não chegaram a ser efectivamente tomadas porque não as aprovava a própria Inquisição, receosa de perder a sua rendosa jurisdição sobre aquela «gente ímpia». Em Roma, Vieira, ainda não a par deste novo rumo, levantou a voz para protestar contra as medidas desumanas num papel a favor dos cristãos-novos, do qual tiramos este trecho:

> «Pois não é razão que assim tão levemente se creia o que não consta, porque não há cousa mais contrária à sabedoria, como disse Cícero, que a crueldade. E ainda depois de constar a verdade, é necessário que considere Vossa Alteza que, se bem pela inocência de poucos costuma Deus perdoar a muitos, não é isto o que os cristãos-novos pretendem, senão que pelo delito de poucos não sejam castigados e punidos todos, mas cada um pague por seus pecados» (*Var.*, II 79).

Também nos anos seguintes teve mais de um ensejo de quebrar lanças pela «gente de nação». Chegara a Roma o Padre Baltasar da Costa, provincial dos jesuítas no Malabar. Foi este que, em longas e repetidas conversas, expôs a Vieira a situação lamentável do Império Português no Oriente, cada vez mais corroído pelos Holandeses e, de longe, ameaçado pelos Ingleses e (suspeitava-se) também por Luís XIV da França. A única solução dos males da Índia parecia-lhe ser a fundação de uma companhia mercantil, semelhante à que D. João IV em 1649 fundara para o Brasil, mas bastante diminuída nos seus privilégios depois da morte deste monarca. Vieira reencetou com entusiasmo uma das suas velhas ideias predilectas, que lhe parecia talhada não só para restaurar o Império Português na Índia, como também para integrar a gente israelita na expansão da pátria. Também na nova companhia devia entrar o capital dos cristãos-novos, isento do fisco. Algum tempo depois, o Provincial seguiu para Lisboa, onde entregou ao príncipe-regente uma proposta neste sentido, acrescentando-lhe uma série de medidas em favor da «gente de nação»: um perdão geral, a substituição dos estilos da Inquisição portuguesa pelos romanos, etc. Logo em seguida, de acordo com um entendimento previamente feito, os cristãos-novos mandaram uma delegação a D. Pedro II, oferecendo-lhe grandes serviços financeiros para a salvação da Índia em troca das mercês já propostas pelo Padre Baltasar da Costa. O príncipe parecia inclinado a aceitar-lhes as condições; mas, indeciso e medroso, e não só em questões concernentes aos judeus, não se atrevia a anuir sem ter consultado previamente os diversos órgãos consultivos do Reino: as Cortes, o bispado e as Universidades. Com a única excepção da Universidade de Évora, dirigida pelos Jesuítas, todos eles se

opuseram acirradamente às propostas, cuja aceitação poderia parecer, num ambiente menos fanático, uma simples questão de bom senso e de amor cristão.

Era natural que Vieira, um dos principais promotores da questão, se fizesse ouvir na discussão apaixonada sobre os prós e os contras das medidas propostas. Participou na discussão, sem dúvida, levado pelo desejo de enfraquecer uma instituição de que se sentia vítima inocente, mas não menos pelo motivo patriótico de desfanatizar Portugal e pelo seu sonho messiânico do Quinto Império, no qual os judeus haviam de ocupar um lugar muito especial. Fez tudo para desmascarar os processos bárbaros da Inquisição portuguesa, querendo com isso impressionar a Cúria romana, a que muita «gente de nação» recorria para pleitear a sua causa. Encontrava-se em Roma naquele tempo um certo Pedro de Lupina Freire, ex-secretário do Santo Ofício de Portugal e dele despedido e degredado. Foi com ele que Vieira colaborou para redigir as *Notícias Recônditas*, documento que nos fornece material abundante sobre os métodos abomináveis que a Inquisição portuguesa aplicava aos seus presos (1673). Este requisitório, junto com as numerosas queixas dos cristãos-novos suplicantes em Roma, contribuiu muito para que o papa Clemente X, em 1674, promulgasse um breve pontifício em que suspendia os autos-de-fé, julgamentos, processos e penas por cumprir. O Santo Ofício obedeceu só em parte às ordens do papa: pararam as penas capitais, mas os processos continuaram. Só houve queimas em efígie.

Foi então que Vieira escreveu o seu *Desengano Católico*, em que lemos as seguintes palavras, que exprimem bem o teor do opúsculo:

> «Adverte-se que a fé é católica, por ser romana, e que é cismático desatino resistir ao Sumo Pontífice com pretexeto e pre-

tensão de ser mais católico que o Vigário de Cristo, se é que Portugal não quer seguir o caminho de Inglaterra. É certo que todos os contrários de Portugal e parciais de Castela contradizem e impugnam o intento da gente de nação, persuadindo-se que só assim tratam da sua conveniência e da ruína de Portugal. Oh! quem pudera retumbar em Portugal com uma voz de trovão, para despertar aos Portugueses adormecidos com o ditame seguinte: ou Castela ou França procuram o seu proveito com dano de Portugal, ou não. Dizer que não, é loucura muito grande; conceder que sim e procurar o mesmo que os inimigos procuram, é delírio que se acha unicamente na política portuguesa» (*Var.*, II 113-114).

Sabia-se em Lisboa que quem trabalhava em Roma por detrás dos bastidores a favor dos judeus era António Vieira, o antigo condenado pelo Santo Ofício e seu inimigo implacável. D. Pedro II, que agora apoiava os Inquisidores e até mandara uma delegação portuguesa a Roma para demover a Santa Sé, achou oportuno revocar dali o jesuíta que lhe contrariava os planos. Este, apesar de apreciar pouco o ambiente romano, não teve nenhuma pressa em obedecer, mas, finalmente, teve que ceder às instâncias reiteradas. Antes de deixar Roma, Vieira dirigiu um memorial ao papa, em que lhe expunha os vários defeitos do seu processo, resumíveis no ódio dos juízes, na ignorância dos qualificadores e, ainda por cima, em diversos erros formais. Assim ficou munido de um breve papal (1675), que o isentava por toda a sua vida de qualquer jurisdição, poder e autoridade da Inquisição portuguesa.

Armado desse precioso documento, que o podia proteger contra a fúria dos seus inimigos, Vieira chegou a Lisboa em Agosto de 1675, onde foi friamente recebido pelo príncipe-regente. Mesmo com a Inquisição refreada, não encontrou em Portugal clima propício para desenvolver a sua actividade nem para mostrar as suas aptidões. Ficou incumbido de fazer

imprimir os seus sermões, os únicos produtos do seu génio que os contemporâneos lhe pareciam apreciar. O primeiro volume da edição saiu em 1679.

Ainda que profundamente decepcionado pelo rumo das coisas em Portugal, o pregador recusou-se a aceitar o cargo de confessor de Cristina da Suécia, desculpando-se com a sua velhice e a pouca saúde. Mas essas circunstâncias não o tolheram de se expor, pela sétima vez na sua vida, a uma longa e incómoda viagem marítima: em 1681, embarcou para a Baía de Todos os Santos. À pompa romana preferia uma vida retirada e sossegada no local onde passara a juventude.

5. VELHICE E MORTE NA BAÍA

Ao deixar a Baía, em 1641, Vieira estava no vigor da mocidade e, muito confiante em si, julgava-se capaz de levantar uma nação inteira com os dons do seu espírito e da sua palavra sedutora. Quando voltou lá, quarenta anos depois, era um velho de 73 anos: uma celebridade que correra mundo e brilhara em Lisboa e Roma, mas uma celebridade controversa; desiludido pelos homens e pela marcha dos acontecimentos, tinha menos confiança em si, mas não perdera a confiança no destino glorioso da pátria. Um profeta incompreendido na sua terra, mas que, antes de morrer, fazia questão em comunicar as razões da sua esperança a toda a Cristandade.

Um profeta incompreendido! Uma das primeiras notícias que lhe chegaram ao Brasil foi a do restabelecimento da Inquisição em Portugal, com o seu regimento modificado apenas em alguns pontos secundários. Jubilosos, os estudantes de Coimbra, unindo-se com a populaça da cidade, tinham manifestado a sua

alegria pela recuperação desse seu antigo privilégio nacional, queimando António Vieira em efígie. O comentário deste, meio melancólico, meio irónico, foi o seguinte: «Não merecia António Vieira aos portugueses, depois de ter padecido tanto por amor da pátria e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas e lhe fizessem tão honradas exéquias» (*Cartas*, III 453-454).

A mensagem que queria comunicar era sempre o Quinto Império. A ideia datava de longos tempos atrás, tendo sido já o assunto da sua *História do Futuro* não acabada. Agora, para se dirigir aos exegetas eruditos da Europa inteira, queria expor a matéria em Latim, dando-lhe o título de *Clavis Prophetarum*, obra já meditada e vagamente planeada no seu período romano. Nela Vieira havia de expor o seu milenarismo, doutrina muito ortodoxa e digna de ser ponderada pelos teólogos da Igreja Católica. A grande tese, a ser exposta com todo o aparato científico ao seu dispor, seria apresentada numa linguagem sóbria, sem muitas flores de retórica, e colocada num plano internacional sem o lusocentrismo exorbitante da *História*, o qual seria perceptível apenas a um entendido na matéria. Esperando da publicação a sua reabilitação, pelo menos póstuma, como teólogo ortodoxo, Vieira entregou-se à execução da grande tarefa, para a qual podia contar com o apoio dos seus superiores. Estabeleceu-se na Quinta do Tanque, a perto de meia légua da capital baiana, livre de ocupações e preocupações, podendo viver isolado com os livros e com a grande ideia. Ao morrer, dezasseis anos depois, deixou inacabado o *magnum opus*.

Aliás, foi este o destino das grandes obras que Vieira planeou: não conseguiu terminar nem a *História do Futuro* nem a *Clavis*. Sem dúvida, os frequentes achaques da velhice e a quase cegueira dos últimos anos da sua vida explicam, em parte, o estado inacabado em que deixou a *Clavis*. Também respondem por ele, sempre em parte, outras ocupações a que o padre dificilmente podia fugir. Como sabemos, ficara incumbido, já antes do seu regresso ao Brasil, de publicar os seus sermões, dos quais preparou doze volumes na Baía. Igualmente é de notar que, de 1688 a 1692, Vieira exerceu a função de visitador-geral do Brasil, cargo que lhe foi confiado pelo próprio Padre Geral, Tirso Gonzalez, ele próprio ex-missionário; apesar de ficar dispensado de viajar pelo país, devia ter nesse período muitos trabalhos administrativos, sobrando-lhe pouco tempo para longas e profundas lucubrações. Todas essas circunstâncias são atenuantes, mas não explicam tudo. A principal explicação está na índole do próprio autor. A verdade é que Vieira necessitava de uma forte pressão externa para se dar com assiduidade a um trabalho de largo fôlego. Sentindo-a presente, era capaz de o levar a efeito, como o provam as suas *Representações* redigidas na custódia da Inquisição em Coimbra. Não a sentindo, deixava-se facilmente distrair do seu assunto, preferindo atalhos floridos à estrada régia, que lhe parecia monótona. E, finalmente, o que o estorvava na elaboração e redacção de um livro grosso com teses variadas e complexas era o seu espírito irrequieto: homem altamente activo, Vieira não suportava por muito tempo a atmosfera bolorenta de uma biblioteca ou escritório: a vida lá fora era tão interessante e cativante! Por seu natural, tinha mais de um curioso que de um devorador de antigos calhamaços.

Vieira não deixava de seguir com atenção a vida fora da biblioteca, não se restringindo ao papel de observador sereno e imperturbável, mas muitas vezes par-

ticipando e envolvendo-se em diversas questões. Sem grande cautela, tomava partido em inúmeros negócios públicos; carácter pundonoroso, defendia-se de ataques que lhe vinham de perto ou de longe; teimoso, dava sugestões oportuna e importunamente. Oportunamente, por exemplo, quando em 1692 o governo de Lisboa o convidou a elaborar mais uma nova legislação sobre os índios. Inoportunamente, por exemplo, quando dois anos depois se atreveu a influenciar, contra as regras da Companhia, a eleição de um padre brasileiro destinado a assistir o Padre Geral em Roma. Custou-lhe cara a indisciplina: ficou privado de voz activa e passiva, dado que a carta de absolvição só chegou à Baía depois da sua morte.

Também neste período a vida não lhe poupou atritos e contratempos, em parte originados por ele próprio. Aqui registamos brevemente só alguns dos casos mais notáveis. Pouco tempo depois do seu regresso à Baía, envolveu-se numa briga que o seu irmão Bernardo Vieira Ravasco tinha com o governador da colónia; chegou a ser incluído no rol das pessoas suspeitas de cumplicidade no assassinato do alcaide da Baía; e o caso só foi definitivamente liquidado em 1688 com a plena satisfação da família Vieira. No ano seguinte, escreveu uma longa carta ao Conde da Ericeira que, no primeiro tomo da sua *História de Portugal Restaurado*, tocara só ao de leve e não sem alguma malícia no papel diplomático do jesuíta, «que queria tratar os negócios mais subtilmente do que os compreendiam os príncipes e ministros com quem comunicou». A carta satisfazia-lhe o amor-próprio, dando-lhe azo a que prestasse esclarecimentos ao historiador sobre as suas viagens diplomáticas. Em 1685, respondeu em castelhano a um panfleto espanhol, escrito por um dominicano com o fim de o difamar e ridicularizar

como bandarrista. A resposta foi dirigida ao Padre Jacome Iquazafigo, Provincial dos Jesuítas de Andaluzia, a quem Vieira mostrava que, naquele tempo, muitos ilustres Portugueses tinham sido adeptos do Bandarra, cujas opiniões ainda eram consideradas como heréticas. A carta deixa entrever que, ainda na velhice, as trovas do sapateiro de Trancoso não lhe eram indiferentes.

Continuava inabalável a sua crença na grande missão histórica de Portugal, singular entre as de todas as nações do mundo cristão. Se antigamente transferira o império mundial de D. João IV vivo para D. João IV morto e ressuscitado e deste, sucessivamente, para D. Afonso VI e D. Pedro, no Brasil transferia-o, sem se ver nicomodado, para os filhos de D. Pedro e, por último, de novo para D. Pedro II, agora rei. Num sermão de 15 de Dezembro de 1688, Vieira saudava o primogénito das segundas núpcias de D. Pedro II como o futuro monarca mundial; o principezinho já morrera no dia em que o sermão foi proferido. Logo em seguida escreveu outro discurso, no qual a investidura do império universal era prometida ao seu irmão, ainda por nascer, ou melhor, ao próprio D. Pedro II, proclamado, com a inversão de todas as regras em vigor, como herdeiro do seu filho. Foram-lhe aumentando os anos e, com eles, as tristes experiências da vida, mas a tudo isso resistiu o seu sonho utópico. A aparição de um cometa na Baía, em 1695, ocasionou-lhe mais um escrito profético: *Voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Baía*, em que buscava interpretar o sentido secreto do fenómeno astronómico, de que Deus se serve «extraordinariamente a seus tempos e em casos graves».

Em 1694, Vieira caiu numa escada de pedra, o que lhe afectou seriamente as forças físicas. Já lhe sendo

penoso manejar a pena, viu-se obrigado a recorrer à ajuda de um confrade, inicialmente o Padre Baltasar Duarte, mais tarde substituído pelo padre italiano António Maria Bonucci. Na festa de Santo Inácio do mesmo ano despedia-se dos seus amigos europeus, ditando ao seu secretário a seguinte carta circular:

«Meu senhor.

É cousa tão natural o responder que até os penhascos duros respondem e para as vozes tem ecos. Pelo contrário, é tão grande violência não responder que, aos que nasceram mudos, fez a natureza também surdos, porque se ouvissem e não pudessem responder rebentariam de dor. Esta é a obrigação e a pena, em que a carta que recebi nesta frota de V. Ex.ª me tem posto, devendo eu só esperar reciprocamente que a resposta do meu silêncio fosse tão muda como ele; mas quis a benignidade de V. Ex.ª que, neste excesso de favor, se verificasse o pensamento dos que dizem que, para se conhecerem os amigos, haviam os homens de morrer primeiro, e daí a algum tempo (sem ser necessário muito) ressuscitar. E porque eu em não escrever fui mudo, como morto, agora com o espaço de um ano e meio é força que fale como ressuscitado. O que só posso dizer a V. Ex.ª é que ainda vivo, crendo com fé muito firme, não será desagradável a V. Ex.ª esta certidão. Não posso contudo calar que, no mesmo dia 6 de Fevereiro em que entrei nos 86 anos, foi tão crítico para a minha saúde este seteno que apenas por mão alheia me permite ditar estas regras, as quais, só multiplicadas em cópias, sendo as mesmas, podem satisfazer a tantas obrigações quantas devo à Pátria na sua mais ilustre nobreza. Sendo porém tão singular e não usada esta indulgência, ainda reconheço por maior a que de novo peço a todos, e é que a pena de não responder às cartas se me comute na graça de as não receber de aqui por diante, assim como é graça e piedade da natureza não ouvir quem não pode falar. E para que o despacho deste forçado memorial não pareça género de ingratidão da minha parte, senão contrato útil de ambas e muito digno de aceitação, sirva-se V. Ex.ª de considerar que, se me falta uma mão para escrever, me ficam duas mais livres para as levantar ao Céu e encomendar a Deus os mesmos a quem não escrevo, com muito maior correspondência do meu agradecimento, porque uma carta em cada frota é memória de uma vez cada ano, e as da oração de todas as horas são lembranças de muitas vezes cada dia. Estas ofereço a V. Ex.ª em [8] nome de despedida; e posto que em carta circular e comum, nem por isso esquecido das obrigações tão particulares que a V. Ex.ª devo e me ficam impressas no coração. Deus guarde V. Ex.ª muitos anos como desejo, com todas as felicidades desta vida, e muito mais da que não tem fim» (*Cartas*, III).

A carta é um modelo da elegante epistolografia clássica, que Vieira, ainda que decrépito, não esquecera. Mas nem o epistológrafo nem os seus correspondentes cumpriram rigorosamente a palavra: ainda se trocaram algumas cartas entre Vieira e os seus amigos em Portugal.

Dois anos depois, o velho caiu de novo pela mesma escada de pedra. Em Julho de 1696 mudou-se da Quinta do Tanque para o colégio da Companhia na capital, onde residira também durante o seu período quadrienal de visitador-geral. Aí faleceu, com 89 anos de idade, a dezoito de Julho de 1697. Segundo André de Barros, circunstâncias prodigiosas teriam acompanhado o falecimento do jesuíta:

«No mesmo ponto e hora da noite em que espirou, ascendeu ao céu uma nova estrela em facho luminoso, que foi visto sobre o colégio e notado dos de fora: brado portentoso e pregão divino dos merecimentos do imortal Vieira [...] se é que não foi a sua mesma alma que, dando maior luz ao despedir-se, mostrava ser do número daquelas que, por terem ilustrado a muitas, hão de luzir em perpétuas eternidades» (*Vida*, 494-495).

Um biógrafo moderno sentiria embaraço em enfeitar assim de prodígios a morte do seu herói. Mas não terá nenhuma dificuldade em afirmar que, naquela noite de Julho, partiu deste mundo um grande coração. Com efeito, António Vieira, com todas as suas fraquezas e extravagâncias, é ainda hoje capaz de despertar sentimentos de simpatia e admiração, não só entre os seus compatriotas dos dois lados do Oceano, mas também entre todos os estrangeiros que tiveram a sorte de o encontrar no seu caminho.

II / A OBRA LITERÁRIA

A obra literária que António Vieira nos deixou é vasta e variada. Além dos seus célebres sermões, o autor escreveu alguns tratados proféticos e ainda diversos opúsculos concernentes a questões políticas e sociais. Também enriqueceu a literatura portuguesa com cartas primorosas. Nas páginas seguintes tencionamos examinar de mais de perto cada um dos quatro géneros referidos, com sucintas notas bibliográficas. Em face das restrições impostas pelo carácter do presente trabalho, deixamos aqui de lado outros opúsculos do autor: os seus escritos filosóficos, teológicos e espirituais, como também as suas pequenas composições retóricas, em parte redigidas em Latim.

Durante a vida do autor saíram impressos, praticamente, só os *Sermões*: alguns em forma de folheto e 12 dos 15 volumes da *editio princeps*. A única edição com a pretensão de completa é a de J. M. C. Seabra e T. Q. Antunes, em 27 volumes (Lisboa, 1854-1858), a qual, porém, omite ou ingora alguns tratados proféticos e, por outro lado, inclui obras certamente apócrifas (p. e. a *Arte de Furtar*). É uma péssima edição, feita sem critério algum: apresenta uma transcrição defeituosa e, por vezes, ridícula dos textos manus-

critos, e repete e mupltiplica os erros de edições anteriores.

Nos doze volumes das *Obras Escolhidas*, seleccionadas e comentadas por António Sérgio e Hernâni Cidade, publicadas na «Colecção de Clássicos Sá da Costa» (Lisboa, 1951-1954), o leitor interessado poderá encontrar o essencial da herança literária de Vieira. A edição, sem ser crítica, é razoável e pode ser muito útil aos leitores.

O melhor catálogo das obras vieirianas encontra-se na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, SJ, Vol. IX, pp. 192-364 (Rio de Janeiro — Lisboa, 1949).

1. *OS SERMÕES*

Os sermões constituem, incontestavelmente, a parte mais viva da herança literária de Vieira. Globalmente falando, podemos dividi-los em dois grupos: os sermões estritamente religiosos (por exemplo, a série «Cinco Pedras de David» e a maioria do ciclo «Rosa Mística») e os sermões que tratam de um determinado assunto político ou social então em debate, mas sempre com um fundo religioso e tendo por ponto de partida um texto bíblico, geralmente extraído do missal da festa litúrgica do dia.

Os sermões estritamente religiosos são hoje em dia menos lidos e estudados que os da outra categoria. O facto explica-se só parcialmente pela circunstância de que o público moderno, em geral, não está muito propenso a ler livros edificantes e devocionais; deve-se também à circunstância de que Vieira, neste género, não se mostra do seu lado mais original ou pessoal. Isso não quer dizer que não sejam eloquentes e elegantes: surpreendem-nos de vez em quando com finas observações psicológicas e impressionam-nos frequentemente com o seu tom patético e, ao mesmo tempo, sincero. Contudo, só raro conseguem cativar-nos de todo. Não abrem novas ou fecundas perspectivas teológicas nem revelam profundas meditações espirituais. A maneira como ele lida com proposições teológicas e dogmas cristãos, embora quase sempre dentro dos limites de uma ortodoxia correcta, dá-nos muitas vezes a impressão de uma acrobacia mental, sem muita substância. E, com todo o seu «misticismo», Vieira não tem nada de um verdadeiro místico: para tal lhe falta a experiência muito íntima daquelas almas privilegiadas que sabem revelar, falando de coração a coração, as coisas prodigiosas que Deus nelas operou. O nosso pregador era, sem dúvida, sacerdote piedoso e tinha um grande zelo apostólico, mas estava longe de ser espírito meditativo. Antes de mais nada, queria impressionar e comover o seu auditório para o activar. A sua vocação consistia em «moralizar», promover a reforma da mentalidade e da atitude ética, o que o induzia muitas vezes a castigar e ridicularizar os vícios do seu tempo. Em cada moralista se esconde um satírico.

Ao ler os sermões «empenhados» de Vieira, o leitor moderno dificilmente deixará de ficar espantado, se não escandalizado, com a abundância neles encontrada de tantos assuntos políticos, sociais e até económicos, por sinal de forma muito concreta. É que vive numa sociedade secularizada, na qual estes terrenos são considerados autónomos, susceptíveis de serem influenciados só indirectamente pela religião. Vieira vivia em plena época sacral, em que tudo estava impregnado de religiosidade, tanto no sector colectivo como na vida particular. Claro está que sabia distinguir nitidamente o sacro do profano, mas uma distinção teó-

rica é muito diferente de uma separação prática. Na realidade, ligava os dois terrenos entre si: as coisas temporais eram sobretudo avaliadas como instrumentos da salvação eterna do homem. Até podemos dizer que Vieira, filho do Barroco peninsular, não raro confundia as duas zonas.

O púlpito era, para ele como para muitos dos seus contemporâneos, uma tribuna pública que gozava de liberdade quase inexistente em outros foros. Ali ele comentava com franqueza os grandes problemas da época, não hesitando em sugerir soluções concretas, e sempre à luz de textos bíblicos habilmente interpretados. Tudo isso ele fazia não só com franqueza, mas também com coragem, porque se não limitava a sancionar e aplaudir a política oficial, como se atrevia a criticá-la e censurá-la. Intrepidamente, fustigava os defeitos e pecados dos seus compatriotas, inclusive os dos poderosos, e defendia com brio os direitos dos fracos e desprotegidos. O povo português — do plebeu mais ínfimo até ao próprio rei — devia estar à altura da sua missão histórica. Os crimes cometidos com a conivência do governo são nele castigados: «Os ladrões não podem ir ao inferno sem levar consigo os reis.»

O púlpito era muitas vezes também um teatro, em Portugal. Muitas pessoas cultas afluíam às igrejas para ouvir a pregação de um célebre orador, por não terem a possibilidade de assistirem a uma representação teatral em outros sítios. Não raro havia rivalidades abertas entre os famosos pregadores da época, circunstância picante que ainda aumentava o carácter mundano da pregação. Vieira sabia bem disto:

> «Os ouvintes vêm à pregação como à comédia; e há pregadores que vêm ao púlpito como comediantes. Uma das felicidades que se contava entre as do tempo presente, era acabarem-se as comédias em Portugal, mas não foi assim. Não se acabaram, mudaram-se; passaram do teatro ao púlpito. Não cuideis que encareça em chamar comédia a muitas pregações das que hoje se usam. Tomara ter aqui as comédias de Plauto, de Terêncio, de Séneca, e veríeis se não acháveis nelas muitos desenganos da vida e vaidade do mundo, muitos pontos de doutrina moral, muito mais verdadeiros e muito mais sólidos do que hoje se ouvem nos púlpitos. Grande miséria, por certo, que se achem maiores documentos[9] para a vida nos versos de um poeta profano e gentio que nas pregações dum orador cristão e, muitas vezes, sobre cristão, religioso!» (*Serm.*, I 33).

A verdade obriga-nos a reconhecer que o próprio Vieira nem sempre conseguiu manter-se distante dessas exibições teatrais. Era filho do seu tempo. Mas apesar desses deslizes acidentais, podemos afirmar que poucos sermões da época barroca, ainda hoje em dia, se lêem com tanto interesse e prazer como os de Vieira. Era irremediavelmente um retórico, mas a sua arte retórica parece coisa tão natural e espontânea que zomba da retórica.

A *editio princeps* dos *Sermões* de Vieira, publicada em grande parte durante a vida do autor, consta de quinze volumes (Lisboa, 1697-1748). Dela foi feita uma edição facsimilada, acrescentada das *Vozes Saudosas* (de A. de Barros), em São Paulo (1943-1945). O Padre Gonçalo Alves fez uma nova edição dos sermões, ordenados segundo as festas litúrgicas, em 15 tomos (Porto, 1907-1909; nova edição em três volumes, Porto, 1959). Os volumes X-XII das *Obras Escolhidas* contêm os sermões mais famosos. De alguns sermões existe uma edição crítica, com extenso comentário filológico, na série «Textos de Vieira e Estudos sobre Vieira», publicada (desde 1972) em Münster sob os auspícios da Görresgesellschaft.

Já em 1664 Vieira se queixava de toda a gente lhe solicitar a publicação dos seus sermões, ao passo que ele próprio queria empregar as poucas forças que lhe restavam na redação da *História do Futuro*. No ano anterior ao da sua morte não hesitava em chamar «choupanas» aos seus sermões, comparados com os «palácios altíssimos» que pretendia erguer na *Clavis Prophetarum*. O autor tinha preferência definida pelas suas obras proféticas. Os leitores preferiam, e ainda hoje preferem, os seus sermões. Tais casos de divergência entre o autor e o seu público não são raros na história das letras. Para Erasmo seria uma cruel decepção saber que a sua fama, no século XX, se basearia principalmente na *Laus Stultitiae*, que não passava, a seu ver, de uma brincadeira entre ele e o seu amigo Thomas More.

Abstraindo da malsinada carta que Vieira escreveu no Maranhão ao seu amigo D. André Fernandes sobre a ressurreição de D. João IV, bem como de alguns opúsculos de somenos importância, possuímos ainda três longos tratados messiânicos de Vieira, a saber: a *História do Futuro*, a *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício* e a *Clavis Prophetarum*.

A *História do Futuro*, iniciada em 1649 e reencetada uns quinze anos mais tarde, é obra inacabada, devido às circunstâncias precárias em que o autor se encontrou entre 1663 e 1666. Conservou-se o plano do tratado, pelo qual sabemos que a *História* devia compor-se de sete livros e tratar 59 questões. O grande assunto era o da instauração do Quinto Império ou do Reino consumado de Cristo na terra — um reino de mil anos, que havia de durar até à vinda do Anticristo; um reino universal, a abranger todos os continentes, todas as raças e todas as culturas; um reino cristão e católico, que havia de rematar a conversão dos hereges, maometanos, pagãos e judeus; um reino de paz e concórdia entre todos os habitantes do planeta; um reino regido por Cristo, mas não directamente: o governo espiritual seria exercido pelo papa de Roma e o governo temporal por um rei português. Devido ao estado inacabado da obra não podemos dizer com certeza quem era o candidato à função de monarca mundial: D. Sebastião, D. João IV ou um dos seus dois filhos. Provavelmente, o candidato mais plausível seria D. João IV.

Não sabemos ao certo quantas questões Vieira chegou a elaborar da vasta tese a que, durante alguns anos, consagrou toda a sua energia, nela depositando toda a sua confiança. Só sabemos que três delas, e ainda não de todo concluídas, foram encontradas nos apensos ao seu processo inquisitorial, onde fazem parte dos onze maços que o autor teve de entregar à Mesa no dia 14 de Setembro de 1665. Estes fragmentos só foram editados no século XX.

Ao elaborar as diversas questões, Vieira sentiria a necessidade de fazer preceder a *História* de um livro introdutório, em que pudesse dar esclarecimentos preliminares sobre o espírito profético. É o chamado *Livro Anteprimeiro* (muitas vezes confundido com a *História* propriamente dita), em que pretendia definir o espírito profético, dividir as profecias em canónicas (=bíblicas) e não canónicas (embora não, necessariamente, menos verídicas) e, finalmente, demonstrar que o Reino de Portugal, desde os dias da sua fundação, fora um dos temas predilectos de diversos profetas. Deste *Livro Anteprimeiro* conseguiu redigir uns doze capítulos, que tratavam a «matéria, verdade e utilidades da História do Futuro». Estes capítulos, escri-

tos com muito esmero e destinados a um público maior, sem profundos conhecimentos teológicos, mandou-os na Primavera de 1665 a um amigo em Lisboa. Fizeram-se diversas cópias integrais ou parciais deste texto, que seria publicado só uns vinte anos depois da morte do autor.

Não foi sem razão que Vieira lhe deu o subtítulo de «Esperanças de Portugal»: o *Livro Anteprimeiro* é uma exaltação da pátria portuguesa, escolhida entre todas as nações do mundo para propagar a fé cristã, predestinada a «descobrir o mundo ao mesmo mundo» e muitas vezes directamente visada pelos profetas do Velho Testamento, entre os quais Isaías pode ser considerado como «um cronista dos descobrimentos de Portugal». Mas como explicar que essas antigas profecias só tivessem sido entendidas, no seu verdadeiro sentido, nos tempos modernos? É que o tempo é o melhor intérprete das profecias:

> «Um pigmeu sobre um gigante pode ver mais que ele. Pigmeus nos reconhecemos em comparação daqueles gigantes que olharam antes de nós para as mesmas Escrituras. Eles sem nós viram muito mais do que nós pudéramos ver sem eles, mas nós, como viemos depois deles e sobre eles pelo benefício do tempo, vemos hoje o que eles viram e um pouco mais. O último degrau da escada não é maior que os outros, antes pode ser menor; mas basta ser o último e estar em cima dos demais, para que dele se possa alcançar o que dos outros não se alcançava. Entre toda a multidão dos que acompanhavam e rodeavam a Cristo, o mais pequeno de todos era Zaqueu que, por si mesmo e com os pés no chão, não podia alcançar e ver o que os outros viam; mas subido em cima de uma árvore, viu melhor e mais claramente que todos. Mui bem medimos a nossa estatura e conhecemos quão pequena, quão desigual e quão inferior é, comparada com aqueles cedros do Líbano e com aquelas torres altíssimas que tanto ornato, grandeza e majestade acrescentaram ao edifício da Igreja; mas subidos, por merecimentos seus e fortuna do tempo, a tanta altura, não é muito que alcancemos e descubramos um pouco mais do que eles descobriram e alcançaram» (*HF*, X 41-57).

Na custódia da Inquisição, Vieira escreveu, no decurso de oito meses, a sua grande *Defesa*, que se compõe de duas *Representações*. Na primeira *Representação* fala dos motivos que teve para atribuir espírito profético ao Bandarra; na segunda, dos fundamentos da sua crença na instauração do Quinto Império na terra. Nelas o acusado recorre ao estratagema de não pretender defender ou justificar as teses controvertidas, mas simplesmente explicar-lhes o fundamento e verdadeiro sentido, muitas vezes mal entendidos, segundo ele. Mas em todas as páginas da *Defesa* se vê claramente que o autor dá a sua plena e profunda adesão às duas teses impugnadas pelos inquisidores. Perseguido e encarcerado, ainda acredita firmemente que «nesta mesma era em que estamos» (= 1666) se dará o grande acontecimento da transfiguração do mundo, alegando diversos textos, entre os quais um versículo do Bandarra:

> «Nesta mesma era dos seis fala muito aquele autor idiota[10] e infelice, que eu tenho mais razão de detestar que de alegar. Só digo que pelo ano de 1666 se pode dizer, como ele diz: *Aqui faz o conto cheio*. Porque todos os números do abecedário latino se enchem completamente na conta deste ano, sem acrescentar nem diminuir, nem trocar ou alterar a ordem deles: porque o M val mil, o D quinhentos, o C cento, o L cincoenta, o X dez, o V cinco, o I um, e todos juntos pela mesma ordem vam a fazer 1666: MDCLXVI» (*Def.*, II 260-261).

Resta dizermos ainda algumas palavras sobre a *Clavis Prophetarum*, a «obra tão cansada e suada» da sua velhice. O padre Bonucci, que assistia Vieira para concluir o tratado, escreveu poucos dias antes da morte do autor que, com a ajuda de Deus, a *Clavis* poderia ficar pronta no próximo ano. Depois do falecimento de Vieira, ele ficou encarregado de acabar a obra; mas,

assustado pela dificuldade da tarefa, foi adiando o trabalho e gastando o tempo em coligir outros escritos dispersos do seu mestre. Em 1700 foi mandada uma cópia da *Clavis* para Roma, onde se perdeu, mas não antes de ter sido transcrita algumas vezes. Em 1714 o autógrafo chegou a Lisboa, onde o padre Carlos António Casnedi, julgando-o mal ordenado, tentou estabelecer certa ordem nos cadernos de Vieira e fez um resumo em Latim do conteúdo, munindo-o de algumas opiniões pessoais. Este resumo continua a ser, até aos dias de hoje, a única parte publicada da obra. O autógrafo perdeu-se também.

Queremos realçar aqui apenas duas ou três teses de Vieira que, na opinião do padre Casnedi, poderiam chocar algumas consciências, mas que, bem ponderadas, lhe pareciam defensáveis. Os ameríndios vivem, segundo o autor da *Clavis*, numa «ignorância invencível», tanto de Deus como do direito natural, circunstância essa que os livra do eterno castigo no inferno. Aos judeus deve ser restituída a Terra Santa e permitida a reconstrução do Templo de Jerusalém, onde eles, apesar de se terem convertido ao catolicismo, poderão oferecer os seus sacrifícios e praticar os seus antigos ritos, prescritos pela lei mosaica. E finalmente, responde a uma objecção que os seus leitores lhe poderiam fazer, alegando a palavra de Cristo: «Não vos pertence conhecer o tempo nem o momento que o Pai estabeleceu em seu poder» [Actos, 1, 7]. A resposta do autor é que é lícito indicar com probabilidade, dentro de maior ou menor espaço de tempo, a segunda vinda do Senhor: Ele próprio deu certos sinais que deviam indicar a proximidade do acontecimento. E, depois, o que por algum tempo é inútil, pode não o ser noutra ocasião: para os Apóstolos seria

pernicioso saber o tempo da restituição de Israel, para nós pode ser muito salutar.

A *História do Futuro*, propriamente dita, foi editada por João Lúcio de Azevedo (Coimbra, 1918) e reeditada nas *Obras Escolhidas* (Vol. IX, pp. 1-160).

O *Livro Anteprimeiro* foi publicado em Lisboa (1718). É uma edição muito deficiente, devido à incompetência do editor e às numerosas intervenções da Censura, mas que serviu de base para cinco outras edições, das quais a de Hernâni Cidade (nas *Obras Escolhidas*, Vol. IX) é a última. Uma edição crítica e comentada, em 2 volumes, foi feita pelo autor do presente trabalho (Münster, 1976).

A *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, seguida de alguns «exames» feitos a Vieira na Mesa inquisitorial, foi publicada em 2 volumes por Hernâni Cidade (Bahia, 1957).

A *Clavis Prophetarum* continua inédita; o padre J. Pereira Gomes, SJ, encarregou-se de publicar uma edição crítica e comentada para a «Colecção Vieiriana da Görresgesellschaft». A sinopse -latina do padre Casnedi encontra-se nas *Obras Escolhidas* (Vol. IX, pp. 228-267), precedida de uma tradução portuguesa (pp. 176-227), feita em grande parte pelo «estudante baiense» Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira no início do século XIX.

3. *A CORRESPONDÊNCIA*

A correspondência que nos ficou de Vieira abrange mais de 700 cartas, que se estendem por um período de mais de setenta anos (1626-1697). Algumas delas são «epístolas», outras são «cartas familiares», outras ainda pertencem a outros géneros.

«Epístolas» são missivas, geralmente de maior extensão, que expõem um determinado assunto de maneira mais ou menos sistemática. Embora se dirijam a certo destinatário ou grupo de destinatários, o epistológrafo, já na hora da redacção, tem em vista «um público» e procede como «autor», esmerando-se na forma do que escreve e evitando coisas íntimas. Das «epístolas» vieirianas são exemplos conhecidos a *Carta Ânua* de 1626 (*Cartas*, I pp. 3-74), e as duas cartas apologéticas, uma dirigida ao Conde da Ericeira (*ib.*, III pp. 556-571) e a outra (em castelhano) ao Padre Iquazafigo, provincial dos Jesuítas de Andaluzia (*ib.*, III pp. 737-792).

«Cartas familiares» são bilhetes destinados exclusivamente a certa pessoa ou a certo número restrito de pessoas. Têm uma composição muito livre e um estilo que se aproxima da linguagem coloquial. São, por assim dizer, a metade de um diálogo entre amigos. O escritor de uma carta abre com espontaneidade o seu coração ao destinatário, mostra-lhe algo da sua vida íntima, conta-lhe as suas impressões momentâneas, sem esconder as suas antipatias e simpatias, esperanças e frustrações, ambições e decepções. Graças ao seu temperamento impressionável e viva imaginação, Vieira era excelente escritor de cartas familiares, que no-lo mostram ora confiante e jubiloso, ora abatido e irritado. Elas nem sempre são de fácil leitura, não tanto pela dificuldade da linguagem ou pela complexidade do estilo, mas antes pela ocorrência de frequentes alusões, muito comuns num verdadeiro diálogo, a pessoas e situações bem conhecidas entre os interlocutores, mas obscuras e até enigmáticas para pessoas estranhas. Exemplos desta categoria de cartas vieirianas são as que escreveu aos seus amigos entre 1663 e 1666, quando o autor era vigiado e perseguido pela Inquisição.

O facto de se terem conservado tantos textos epistolares íntimos de Vieira não reverteu em benefício do seu renome entre os pósteros. Coisa semelhante se deu com os admiradores de Cícero, que viram o seu ídolo derrubado quando se conheceu a correspondência que travara com Ático. Também as cartas familiares de Vieira se converteram num requisitório virado contra o seu autor. Quase todos os defeitos que se lhe imputam — a vaidade, a ambição, o melindre egocêntrico, etc. — vieram a ser documentados com trechos encontrados na sua correspondência. Poucos autores resistiriam a um exame de humildade e abnegação se um público indiscreto e, quase sempre, impiedoso tivesse a possibilidade de lançar os olhos para as suas cartas íntimas!

Além de «epístolas» e «cartas familiares», encontramos na correspondência também outras formas do género epistológráfico, impossíveis de classificar aqui. A «carta circular», que transcrevemos no fim do nosso Capítulo I, não é uma «epístola» nem uma «carta familiar»: é uma pequena alocução aos amigos longínquos, uma palavra de despedida, bem meditada e construída, e, apesar de não ser muito espontânea, nada solene ou enfática.

Verney, que não era grande apreciador nem da ideologia nem do estilo de Vieira, afirmava serem as cartas a sua melhor obra. E ainda hoje em dia não lhes faltam leitores de todas as espécies: uns que vão à procura de pormenores relativos à *petite histoire* do século XVII, outros que buscam elementos biográficos

de Vieira, outros ainda que se encantam com o seu primor estilístico.

A *editio princeps* da correspondência de Vieira, incompleta e apresentando um texto frequentemente mutilado, data de 1735-1746 (3 volumes, Lisboa). Nova edição ampliada nos volumes XVI a XIX das *Obras Completas* (Lisboa, 1854-1855). Uma edição moderna e fidedigna é a de João Lúcio de Azevedo em 3 volumes (Coimbra, 1925-1928). Uma selecção das cartas vieirianas, acompanhadas de um comentário por António Sérgio, encontra-se nos volumes I e II das *Obras Escolhidas*.

4. *OS OPÚSCULOS*

Ao falarmos, no Capítulo I, da vida de Vieira já mencionámos e comentámos alguns dos seus opúsculos sobre a entrega de Pernambuco, a situação dos cristãos-novos, o despotismo da Inquisição, a liberdade dos índios, etc. Não queremos repetir o que ali já ficou dito, e dado o carácter introdutório deste trabalho, não podemos alargar-nos nesta matéria sem excedermos os limites prescritos. Basta registarmos aqui os principais dados bibliográficos.

Quase todos os opúsculos se encontram nos dois volumes das *Obras Várias* e nos três volumes das *Obras Inéditas* (1856-1857), que fazem parte das *Obras Completas*. Uma edição muito melhorada e mais acessível foi feita por Hernâni Cidade nos volumes III a VII das *Obras Escolhidas*. No volume III (1951) constam os escritos políticos, nomeadamente os que se referem à venda ou à recuperação de Pernambuco; no Volume IV (1951), os relativos à Inquisição e aos cristãos-novos; no Volume V (1951), os concernentes à liberdade dos índios; no Volume VI (1952), os que se referem ao seu processo inquisitorial; no Volume VII (1953), alguns dispersos, incluindo, entre outras coisas, «As Lágrimas de Heraclito» e poesias latinas.

III / AS IDEIAS

No domínio das ideias, António Vieira foi um poço de contradições. Não no sentido vulgar, aplicável a um indivíduo medíocre que, sempre guiado por interesses próprios e nunca incomodado por convicções pessoais, cai de uma opinião em outra. Vieira não tinha nada de um camaleão, nem de um catavento. Pelo contrário, era corajoso em enfrentar sozinho a opinião pública do seu tempo, e era infatigável em propor caminhos novos, que eram muito seus. Se era um poço de contradições, era-o num sentido mais profundo e, decerto, mais trágico. Disputavam-lhe a alma forças contrárias que nela se batiam pela primazia, sem a derrota definitiva de umas nem a vitória decisiva de outras. Não conseguindo superar as antinomias numa síntese superior, Vieira vivia dividido entre dois mundos e duas culturas. E até vivia desavindo consigo mesmo.

Eis o que, entre algumas outras coisas, tencionamos examinar neste capítulo.

1. *O REALISTA FANTASTICO*

Espanta-nos ver tanta lucidez e tanta alucinação combinadas no mesmo homem. Deixa-nos perplexos

um atento observador das realidades terrestres que, ao mesmo tempo, sempre sonhava com uma intervenção do Céu nos negócios humanos — sonho tantas vezes desmentido pelos factos, mas cada vez de novo fundado com argumentos especiosos. É raro encontrarmos, na história da cultura ocidental, tão perene convívio de duas tendências e faculdades igualmente fortes. Caso paralelo poderia ser o de Augusto Comte, que tão inteligentemente analisou as ciências positivas e, ao mesmo tempo, foi o cego propagandista de uma extravagante Religião da Humanidade. Assim como Vieira estava convencido da próxima instauração do Reino de Cristo na terra, assim Comte acreditava firmemente que, dentro de alguns anos, poderia pregar a sua nova religião na *Notre-Dame* de Paris.

Não queremos deter-nos em desenvolver o paralelismo, talvez sedutor mas sempre um tanto especulativo, entre o pregador português e o filósofo francês. Parece-nos preferível tomarmos por ponto de partida a feliz fórmula de Carlos Vossler — «o realismo fantástico» —, que ele considera característica típica da cultura barroca da Península Ibérica. Com efeito, Vieira pode passar por um modelo acabado de «realista fantástico».

No jesuíta vivia um D. Quixote, envolvido num constante diálogo com Sancho Pança. Um diálogo, de vez em quando, alternado com um longo monólogo de um dos dois parceiros, mas também este repercutindo cedo ou tarde na alma do outro. Um diálogo extravagante e esquisito mas, até certo ponto, estimulante e fecundo: Sancho Pança lembrava-lhe incessantemente a importância impreterível da realidade; D. Quixote exigia-lhe que encarasse os factos banais da realidade à luz de uma grande ideia transcendental. Os dois se entendiam e complementavam apesar

de alguns conflitos sempre incidentais. Assim Vieira vivia sonhando e observando, devaneando e analisando, construindo castelos no ar, mas sem negligenciar o humilde trabalho de cultivar o solo firme onde pisava. Sem malícia podemos dizer que o pregador, que tanto gostava de «desenganar» os seus ouvintes, vivia ele próprio num tremendo engano: o de se julgar capaz de furtar a Deus, que é o Senhor da História, os segredos impenetráveis do futuro. Ao passo que D. Quixote, pouco antes de morrer, abjurou — e paradoxalmente, com espanto de Sancho Pança — a sua loucura de cavaleiro andante, nada sabemos de tal renúncia solene por parte de Vieira. Até ao fim da sua vida continuou a perder-se em especulações dinásticas e cálculos astrológicos para profetizar o ano em que se daria a grande transfiguração e o nome do Imperador do Mundo. Entretanto, devia ter os seus momentos de desânimo, pelo menos no fim da vida. Se podemos dar crédito a uma notícia encontrada num livro oitocentista — *Crisis Paradoxa* —, Vieira, achando-se impedido de concluir a sua *Clavis Prophetarum* pela cegueira e declínio total das suas forças, teria nisto reconhecido um aviso do Céu, e teria dito que, teimando em perscrutar os altos desígnios de Deus, se sentia como que um menino travesso que, cada vez que queria levantar o véu das imagens dos santos, veladas durante a Quaresma, apanhava uma pancadinha do sacristão. Conformou-se, finalmente, com a divina vontade, que lhe tolhia a conclusão da obra profética — mas, ao que parece, não foi por iniciativa própria que desistiu de um trabalho tão longamente meditado.

A ideia do Quinto Império tem indubitavelmente uma forte raiz no messianismo hebraico. Este deve ter vindo a Vieira por dois caminhos diferentes. Um deles, de carácter bíblico, é fácil de abonar: o dos abundan-

tes textos messiânicos e apocalípticos do Velho Testamento. O outro, de ordem existencial, é bastante difícil de documentar com precisão, mas nem por isso menos importante: o das vivas esperanças messiânicas dos judeus, que, durante a sua longa residência na Península, aí deixaram profundos vestígios, apesar de toda a segregação e a despeito de todas as perseguições.

Mas seria erróneo querer levar somente em consideração a raiz hebraica do messianismo vieiriano. Desde o «Outono da Idade Média» existia em vários países da Europa um milenarismo ou quiliasmo cristão, não directamente originado nos judeus, embora, em última análise, remontasse a livros escritos por judeus convertidos ao Cristianismo: algumas *Cartas* de São Paulo e, sobretudo, o *Apocalipse* de São João, o último livro do *Novo Testamento*. A Europa, no fim da época medieval, vivia impregnada de previsões apocalípticas, que nunca faltaram por completo à vida da Igreja, mas vinham agora reforçadas com as profecias de Joaquim de Fiore. Este abade cisterciense, não desconhecido de Vieira, anunciara, no fim do século XII, a próxima vinda do Reino do Espírito Santo, um reino de amor e paz espiritual, que havia de acabar com os abusos e escândalos existentes na vida religiosa e política. O Barroco, sobretudo o das Espanhas, é em muitos pontos a continuação do período final da Idade Média, que se enroupa de formas e figuras renascentistas. Mas o milenarismo não se limitava à Península Ibérica: ainda no século XVII ocorria também em diversos países além dos Pirenéus, inclusive nos países protestantes. Basta lembrarmos aqui as expectativas messianistas existentes nos meios metodistas da Inglaterra; na França e Holanda, entre os labadistas; na Alemanha, em certos grupos de pietistas

luteranos. Mas esses movimentos, ocorrentes nos países nórdicos, não passavam, geralmente, de manifestações de uma minoria pouco prestigiosa e ainda menos positivamente valorizada — ao passo que em Portugal o messianismo chegou a ter uma grande aceitação entre os dirigentes da nação e as pessoas cultas, facto ilustrado pelo exemplo dos «restauradores» e pelo próprio António Vieira.

O milenarismo é um movimento multiforme, que se reveste de feições diferentes conforme a situação histórica que o condiciona. A todas as correntes milenaristas, porém, é comum a crença na próxima vinda de Cristo, que estabelecerá neste mundo um reino de santidade e justiça com a duração de mil anos (cf. *Apoc.* 20, 1-7). Terminado este período, dar-se-á a luta final entre o Anticristo e os eleitos de Deus, seguida do Juízo Final, que iniciará a criação de um novo céu e de uma nova terra sem fim. O milenarismo admite, portanto, dois «novíssimos»: um situado na história, o reino messiânico de mil anos, e o outro, além da história, que é a bem-aventurança eterna. De um modo geral, podemos dizer que o milenarismo tem encontrado maiores possibilidades de vicejar em situações críticas para a Igreja e para a sociedade. Na sua forma negativa, é um protesto dos fiéis contra a secularização da «Igreja Estabelecida» e contra as injustiças da sociedade; na sua forma positiva, afirma o triunfo final da santidade e da justiça. Aquela é considerada como inconcebível sem esta. A sede da justiça pode chegar ao ponto de remover para segundo plano o desejo da santidade, mas o processo inverso dá-se menos frequentemente. No mundo desconcertado em que vive o milenarista, o que reina soberanamente é a injustiça, tanto na vida particular dos cristãos como nas relações políticas entre as nações — mas ela

será derrotada e a justiça reabilitada. Um exemplo concreto? Durante os sessenta anos do seu «cativeiro», Portugal estivera injustamente subjugado a Castela, mas em 1640 surgiu um Messias que o libertou do jogo humilhante. Assim o explicavam os sebastianistas entre os «restauradores», baseando-se nas trovas do Bandarra. Era um messianismo, decerto, mais nacional que religioso. Mas António Vieira queria restituir-lhe a devida dimensão religiosa sem perder de vista a causa patriótica. O seu Quinto Império teria uma função eminentemente cristã e católica.

2. *O INSTRUMENTÁRIO DO EXEGETA*

Feitas estas observações preliminares, cumpre passarmos a examinar os instrumentos que Vieira tinha ao seu dispor para fundamentar a sua tese. Qual era o seu aparato científico e cultural?

São divergentes os julgamentos dos modernos acerca da cultura e erudição do jesuíta. Ouçamos só a opinião de dois autores brasileiros a esse respeito. José Veríssimo atreveu-se a escrever: «Não há já, mesmo entre as pessoas piedosas, se não de todo ignaras, quem lhe sofra a filosofia inconsistente ou a ciência e erudição, atrasadíssimas ainda para o seu tempo, além dos obsoletos e até ridículos processos retóricos.» [11]

Muito diferente é o parecer de Ivan Lins, um dos últimos positivistas do Brasil, que não hesita em dizer: «... alguns historiadores da literatura portuguesa [...] não se dão conta de quanto o eminente filho de Santo Inácio já se enfronhara em toda a cultura científica e filosófica do seu próprio século, nada ficando a dever, neste particular, aos melhores espíritos do seu tempo» [12].

Duas afirmações apodícticas e um tanto gratuitas. A de José Veríssimo parece-nos injusta, mais inspirada pelo ódio do autor à cultura jesuítica do que num sólido conhecimento dos elementos que a constituem. Aliás, ele enganou-se redondamente no que diz respeito à vitalidade de Vieira entre os modernos. Neste ponto, foi mau profeta. Por outro lado, parece-nos exagerado o elogio que Ivan Lins tributa ao nosso autor. Empenhado em demonstrar o espírito moderno e progressista de Vieira, reuniu centenas de textos vieirianos com o fim de provar a sua tese, mas sem os integrar no seu contexto ideológico, deixando-se guiar muitas vezes por analogias superficiais e só aparentes e omitindo os textos incómodos que nos poderiam revelar um Vieira escolástico e medieval.

Fórmulas simplistas, quer sejam condenatórias, quer elogiosas, são enganadoras, principalmente quando se referem a um autor tão complexo como foi António Vieira. Aliás, não basta inventariar os componentes da sua bagagem cultural e científica: muito mais importante é saber o que o autor, mediante ela, conseguiu realizar. Ao falarmos, nestas páginas, do instrumentário de Vieira, não queremos perder de vista o artífice.

A grande ambição de Vieira era a interpretação dos textos proféticos da Bíblia. Ora, ao interpretá-los, achava-se numa situação bastante incómoda: ignorava o Hebraico e o Aramaico, os idiomas do Antigo Testamento; desconhecia igualmente o Grego, a língua do Novo Testamento. Sem dúvida, era bom latinista, mas já no século XVII não bastava ser bom latinista para ser bom exegeta. Quanto à interpretação do texto original, dependia Vieira de informantes que não era capaz de controlar. Entre eles contava-se, nomeadamente, Cornélio a Lápide, exegeta flamengo (1567-1637), consultado a cada passo por ele. No terreno

das línguas sacras, Vieira acertava com quem acertara, e errava com quem errara. Seria muito fácil dar uma longa lista de casos em que o nosso autor trai a sua ignorância total do Hebraico e do Grego.

Não é imerecida a crítica de Verney ao trabalho exegético de Vieira. Diz ele: «O pior é que, pela maior parte, funda-se em palavrinhas da Vulgata. E este é mui mau modo de interpretar, porque, não tendo Deus falado em Latim, mas em Hebraico, Caldaico [= Aramaico] e alguma cousa em Grego, é necessário saber estas línguas para alcançar a verdadeira inteligência do original. Sem estas preparações, nenhum intérprete se mete a dizer cousas novas, mostrando a experiência que comummente se enganam e só podem dizer subtilezas pouco sofríveis.» [13]

Que Vieira disse muitas subtilezas é indubitável; mas é verdade, também, que disse muitas coisas novas e originais que, ainda hoje em dia, se lêem com interesse. As subtilezas devia-as à moda literária do seu tempo e igualmente ao seu próprio feitio; as coisas novas e originais, devia-as, não à sua análise penetrante da Bíblia, mas à sua grande faculdade inventiva e ao seu notável dom de observação. Alimentava o seu poderoso talento criador com leituras assíduas e com a atenta observação da vida humana. Era um espírito curioso, fascinado por tudo o que ia pelo mundo dos homens e dos livros. Tudo quanto via e lia depositava-o no arsenal da sua memória fabulosa, não passando de matéria bruta que estava à espera do seu sopro animador para oportunamente ser chamada a vida. Não tinha o temperamento de um erudito nem a paciência de um pesquisador; tinha a paixão de um artista e o zelo de um apóstolo. Para ele, o saber não era um fim em si, mas material destinado a transformar-se, algum dia, num belo ornamento literário ou numa arma poderosa ao serviço de um grande ideal. Argumentando, Vieira queria não só convencer, mas sobretudo impressionar, comover e activar.

Folheando os volumosos comentários bíblicos, Vieira encontrava aí muitas referências a peculiaridades pouco ou nada perceptíveis no texto que lhe era familiar: a *Vulgata Latina.* Todas essas variantes, longe de o confundirem, pareciam-lhe elementos enriquecedores da Verdade revelada, elementos não contraditórios ou difíceis de conciliar entre si, mas elementos complementares de uma única mensagem divina e, portanto, ansiosamente acolhidos como possíveis aliados na elaboração da sua tese. Tudo na Bíblia — as palavras, as sílabas, as letras e os sinais de pontuação — tinha para ele, como para muitos dos seus contemporâneos, um sentido profundo, revelando um alto mistério, que valia a pena descobrir. Tudo, inclusive as variantes das diversas antigas versões às quais os exegetas católicos atribuíam alguma autoridade.

Assim vemos Vieira batendo-se por demonstrar que um texto do profeta Isaías (18- 1-2) se refere ao povo do Maranhão, o local da sua actividade missionária. Nesse passo, a Vulgata lê: *gentem conculcatam*, isto é, «gente pisada dos pés» — qualificativo bem apropriado, diz o autor, «porque os Antípodas, que ficam debaixo de nós, parece que os trazemos debaixo dos pés e que os pisamos» (*HF*, XII 967-968). Um pouco mais adiante diz: «em lugar de *gentem conculcatam*, lê o Siro *gentem depilatam*: "gente sem pêlo", e tais são os Brasis, que pela maior parte não têm barba, e no peito e pelo corpo têm a pele lisa e sem cabelo, com grande diferença dos Europeus» (*ib.*, 1026-1029).

Em outra profecia de Isaías (49, 12) lemos que muitas gentes virão de longe para adorar e glorificar ao Deus de Israel; entre elas figuram (na versão de

São Jerónimo) as nações «da terra austral». Ora, em lugar da «terra austral», lê o texto original «da terra Sinim», termo explicado como: «da terra dos Chineses». Poder-se-ia objectar que a China não é terra austral ou meridional, e sim oriental. Como justificar, então, o emprego do termo «terra austral» na versão de São Jerónimo, oficialmente autorizada pela Igreja? Vieira não vê nenhuma dificuldade e diz: «Aludiu o Espírito Santo, que governava a pena de São Jerónimo, à navegação dos Portugueses, os quais, quando vão para o Oriente, fazem a sua viagem direita ao Austro, navegando ao Cabo de Boa Esperança» (*ib.*, 775-778).

Esta maneira de extrair de um único texto bíblico diversos sentidos literais tem para nós algo desconcertante, não nos parecendo uma interpretação séria, mas tão-só um jogo engenhoso. E assim devia também parecer aos exegetas «modernos» do século XVII, se tivessem tomado conhecimento da obra vieiriana, que praticamente era desconhecida além dos Pirenéus. Eles, servindo-se de novos métodos linguísticos e filológicos que, exactamente naquela época, vinham sendo desenvolvidos, esforçavam-se por indagar o sentido literal da Bíblia. A maneira como o autor português, nos seus tratados exegéticos, jogava com palavras e fazia estendal de uma erudição, geralmente de segunda mão, deveria ser, aos olhos deles, uma prova de diletantismo — uma mistura tipicamente «ibérica» de medievalismo, o qual acreditava ingenuamente no «múltiplo sentido literal» de um texto bíblico, e de eruditismo humanista, o qual patenteara à Cristandade latina da Europa não só o texto original da Bíblia como também numerosas versões antigas, antes pouco ou nada conhecidas. Segundo eles, o método vieiriano era inadmissível num tratado exegético, tendo algum cabimento

num sermão, onde a aplicação do «sentido acomodatício» podia servir a fins edificantes. Eles nada queriam saber de especulações vagas sobre a Bíblia, mas empenhavam-se em investigar o que o Espírito Santo, de facto, disse e o que quis dizer. O ponto importante era este: o que quis dizer o Espírito Santo? Alguns deles, embora não sem certa hesitação, afirmavam que o Espírito Santo só quis revelar a verdade religiosa e sobrenatural, mas não verdades científicas que podiam ser alcançadas pela razão natural.

Vieira estava muito longe dessa mentalidade moderna. Era, para usarmos um termo actual, «fundamentalista». Para ele, tudo estava revelado, de modo implícito, na Bíblia: não só a religião, mas também os mistérios da natureza e da História. Ao exegeta cabia a tarefa de explicitar ou «desempenhar» os mistérios da Palavra de Deus. Para tal, podia prestar serviços muito importantes o múltiplo sentido literal.

É verdade que ele próprio se considera um inovador dos estudos bíblicos. Não procura, diz ele, «as folhas e as flores», que é a preocupação ordinária dos exegetas portugueses, mas «o sentido genuíno e radical pretendido pelo Espírito Santo». Também lastima que os Padres antigos se esforçassem quase unicamente por buscar os sentidos alegóricos ou místicos da Bíblia, preterindo com demasiada facilidade o sentido literal. Ele próprio insiste nos «sentidos literais» (note-se o emprego significativo do plural). O que, na realidade, entendia com isso era o sentido profético de diversos textos bíblicos, aplicável aos acontecimentos dos tempos modernos, sobretudo aos descobrimentos portugueses. Guiado pela sua imaginação, achava-o em muitos livros da *Bíblia*, não só nos livros proféticos propriamente ditos, como também nos *Salmos* e no *Cântico dos Cânticos*. Quem entre os autores bíblicos

mais falou da gente portuguesa foi o profeta Isaías, que não só se deve considerar um evangelista antecipado, como também um cronista de Portugal: profetizou as viagens das caravelas portuguesas para o Oriente, ao longo do Cabo; glorificou os Portugueses como povoadores de regiões desertas e como edificadores de templos; elogiou-lhes o zelo apostólico; descreveu, com todos os pormenores, as tribos do Maranhão português. O método não era invenção de Vieira, mas poucos exegetas da época barroca o aplicaram com tanto afinco como ele.

O mundo em que Vieira vivia era ainda sacral. Era também um «mundo encantado», em que os milagres, embora não fizessem parte da vida quotidiana, eram francamente admitidos e, quando aconteciam, eram vistos e ouvidos com vivos sentimentos de espanto e «admiração» *(miracula)*. Em matéria de milagres, Vieira era muito crédulo, provavelmente muito mais do que a maioria dos seus contemporâneos cultos em Espanha e Portugal. O Deus de Vieira não era a abstracta e incolor conclusão de um raciocínio deísta, mas o Deus vivo e actuante, que salvou o povo de Israel da escravidão egípcia e que estava prestes a intervir na história universal para fundar o Quinto Império. Mas esta sua grande credulidade não o impedia de seguir, com a devida atenção, o que se passava na vida política, social e cultural, nem o inabilitava para discernir o valor de várias invenções modernas, p. e. a imprensa, as Universidades, a pólvora, etc. Vieira não tinha ódio ao século em que nascera, mas aplaudia diversas inovações da sociedade, inclusive certas atitudes modernas, p. e. a tolerância, o espírito empreendedor da burguesia, etc. Lutava por fazê-las aceites na sua pátria. Mas devemos reconhecer que as

defendia quase sempre com armas que, já no seu tempo, começavam a tornar-se antiquadas.

Mais de vinte anos antes de se dar a *Querelle des Anciens et des Modernes* na França, Vieira preludia o famoso grito de guerra dos progressistas franceses: *C'est nous qui sommes les Anciens*. Leia-se este passo, redigido em 1665:

> «De sorte que vai crescendo a inteligência, a ciência e a sabedoria pelos mesmos graus do tempo em que vão crescendo e passando os anos, os séculos e as idades; e isto não só na Igreja universal e em comum, senão nos homens e doutores particulares, que são os membros de que o seu corpo e os raios de sua luz se compõe. Donde se deve reparar e advertir (cousa que devera estar já muito notada e advertida) que os autores antigos e mais velhos, própria e rigorosamente falando, não são os passados, senão os presentes; não aqueles que vulgarmente são chamados os Antigos, senão os que hoje e nos tempos mais chegados a nós se chamam Modernos» (*HF*, XII 191-199).

Um prelúdio, não uma antecipação no sentido próprio da palavra. Para Vieira, o Progresso, apesar de reconhecido e valorizado positivamente por ele, não é ainda um processo completamente autónomo: continua integrado num mundo sacral e argumentado com textos bíblicos. E com tanta mais razão se pode dizer que o Quinto Império, anunciado por Vieira, não é o termo de uma evolução natural, e que, apesar de exigir a colaboração humana, constitui um golpe de teatro sobrenatural. Feitas essas devidas restrições, devemos reconhecer, porém, que as especulações teológicas sobre a Bíblia possibilitaram e prepararam o terreno para especulações filosóficas, as quais, numa sociedade secularizada, acabariam por ser completamente desligadas do seu fundo bíblico e, muitas vezes, dirigidas contra a própria Bíblia.

Vico e Hegel, tentando conciliar as intenções subjectivas dos indivíduos que actuam na história com o fim

objectivo do processo histórico, falam — cada um deles a seu modo — de um «estratagema da Razão». A «Razão», divina ou hipostasiada, serve-se das paixões e interesses dos indivíduos, sem eles o quererem ou saberem, para efectuar a marcha progressiva da história humana. Também neste ponto, Vieira preludia um dos temas predilectos da filosofia progressista, dizendo no mesmo livro:

> «Dispôs Deus, desde a criação do mundo, que estas terras [da Ásia e da América], assim por fora como por dentro, fossem enriquecidas de cousas preciosíssimas, para que o interesse dos homens facilitasse as dificuldades, que sem ele seriam impossíveis de vencer. [...] A prata, o ouro, os rubis, os diamantes, as esmeraldas que aquelas terras criam e escondem em suas entranhas [...] foram os incentivos do interesse tão poderosos com os homens que grandemente facilitaram os perigosos trabalhos da navegação e conquista de umas e outras Índias, sendo certo que, se Deus com suma providência não enriquecera de todos estes tesouros aquelas terras, não bastara o zelo da religião para introduzir nelas a Fé» (*HF*, XII 741-761).

Também nesse passo, Vieira revela ainda uma visão sacral, não secularizada, do processo histórico.

Para voltarmos à credulidade de Vieira, resta-nos dizer ainda que a sua atitude ante os diversos documentos históricos é pouco crítica. No século em que um Mabillon ia expor os princípios da diplomática, o autor português admitia como autênticos, sem a mais ténue hesitação, muitos documentos apócrifos, tais como o Juramento de D. Afonso Henriques, as profecias de São Frei Gil, certas cartas de São Bernardo, etc., para não falarmos na sua cegueira quanto às trovas do Bandarra. Pode-se objectar que, neste ponto, ele não se distinguia muito da imensa maioria dos seus compatriotas. Admitindo isto como certo, podemos responder que o jesuíta, com tão grande falta de espírito crítico, era incapaz de abrir caminhos novos aos estudos

bíblicos e históricos. Queria erguer «palácios altíssimos», mas construía-os sobre areia solta.

A falta de crítica, que Vieira testemunhava em relação aos documentos históricos, contrasta singularmente com a perspicácia que revelava ao pôr a nu os pontos fracos da sociedade portuguesa, tanto na metrópole como nas colónias. Ao aceitar piamente tantos documentos apócrifos, às vezes os mais ineptos, parece que o cegava um patriotismo de carácter religioso. Mas, analisando a situação social e moral da sua pátria, sabia fazer nítida distinção entre patriotismo autêntico e falso, entre zelo apostólico e fanatismo, entre piedade cristã e hipocrisia. Eis mais uma das suas inúmeras contradições!

Se António Vieira não conseguiu renovar a exegese bíblica, também não abriu caminhos novos ao pensamento filosófico. Conhecia a filosofia escolástica pelos manuais, em que encontrava também algumas ideias fundamentais do pensamento grego, mas não conhecia as obras de Platão ou Aristóteles por leitura pessoal. Muito menos se enfronhava na leitura das obras pioneiras dos filósofos contemporâneos. Se deles tinha algum conhecimento, devia-o a leituras acidentais, não sistemáticas. No fundo, Vieira não era pensador em plena acepção do termo: para tal lhe faltavam tanto a sede do saber desinteressado e «objectivante» como a faculdade de sistematizar. Diz Serafim Leite que a *História do Futuro*, ainda que inacabada, figura entre os grandes monumentos do pensamento europeu. É uma afirmação completamente gratuita: na história da filosofia ocidental, o nome de Vieira brilha pela ausência. O que não quer dizer que muitas das suas obras não continuem a ser interessantes e até importantes.

Depois deste requisitório parece lícita a pergunta: se Vieira não foi grande teólogo, filósofo ou exegeta,

em que reside, então, a sua grandeza? A resposta, cremos nós, deve ser esta: Vieira foi um grande artista e um grande coração.

3. *O ARTISTA*

Vejamos primeiro o artista. Não foi sem motivo que Fernando Pessoa lhe chamou «o Imperador da língua portuguesa». Quem quer que seja um pouco sensível à beleza literária não pode deixar de ficar impressionado pela cadência majestosa dos seus períodos, pelos ditos picantes e mordazes, pelas metáforas originais e sempre apropriadas, pelas transições imprevistas e surpreendentes, pelo vigor incisivo das suas polémicas, pela força plástica da sua linguagem e pelo poder imaginativo do seu espírito. É um autor clássico que pode fazer inveja a muitas literaturas da Europa; um orador empolgante que, ainda hoje, vibra de vida em muitas das suas páginas, ao passo que quase todos os seus contemporâneos pertencem irremediavelmente ao passado, não passando de cadáveres ilustres. É tentador compará-lo com Bossuet. Sem dúvida, este é-lhe superior na disposição harmónica; também lhe leva vantagem no desenvolvimento lógico de uma ideia central; inegavelmente, é mais moderno e menos medieval; enfim, é um modelo de equilíbrio clássico, em que todas as partes se subordinam a um conjunto bem concebido e executado. Comparado com o arquitectónico Bossuet, Vieira é mais pitoresco e mais barroco: não se nos impõe tanto com grandiosas construções como com detalhes finos, vivos e dramáticos. Outra diferença ainda: Bossuet, mais aristocrático por nascimento e formação, é o intérprete das ideias e sentimentos da Corte e da alta burguesia; Vieira, mais plebeu, está mais ligado ao povo, do qual sente, instintivamente, as necessidades e as aspirações.

Vieira é um autor barroco. O ornamental viceja nele, às vezes, em detrimento do funcional. As partes são tão coloridas e atraentes que, frequentemente, distraem a nossa atenção do todo. Formigam as antíteses, paradoxos e hipérboles. Apesar de todas essas características bem barrocas, António Vieira não pode ser considerado como «cultista», isto é, não artificializa as palavras. Exprime-se quase sempre em termos claros e bem inteligíveis, ainda que muitas vezes siga o caminho de um raciocínio sinuoso. Tem o dom de escolher o termo justo e apropriado, o que se pode ilustrar com este texto muitas vezes citado:

> «Arranca o estatuário uma pedra destas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão e começa a formar um homem: primeiro, membro a membro e, depois, feição por feição, até a mais miúda. Ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos. Aqui desprega, ali arruga, acolá recama. E fica um homem perfeito, e talvez um santo que se pode pôr no altar» (*Serm.*, V 424).

Só um mestre acabado da língua é capaz de escrever um trecho tão perfeito, destituído de toda e qualquer retórica. Ou melhor: a verdadeira retórica reside em escondê-la.

Mas se Vieira não artificializou as palavras, artificializou, sim, os conceitos. Não era cultista, mas «conceptista». O conceptismo consiste num engenhoso e «agudo» jogo mental de explicitar ou patentear («desempenhar», na terminologia da época) o inesgotável conteúdo de um conceito, processo em que há um constante saltar da ideia para a palavra, do significado

para o significante, da realidade para o símbolo e do sentido próprio para a metáfora. O seu fundamento é o que poderíamos chamar de «pan-simbolismo». As coisas não são apenas o que são, mas têm também uma significação: são sinais ou símbolos. Na medida em que uma coisa é, é também significativa. No mundo dos conceptistas, existe uma estreita correspondência entre o que as coisas são e o que elas significam, correspondência entre o que as coisas são e o que elas significam, correspondência estabelecida pelo acto criador de Deus, que é o Supremo Intelecto; a nossa inteligência criada é capaz de indagar alguma coisa dessa correspondência misteriosa. O conceptismo barroco não é um simbolismo primitivo e pouco consciente de si, mas um simbolismo erudito e até livresco. Contudo, nem a leitura nem a erudição de per si são suficientes para «desempenhar» um conceito; para tal se necessita de um dom especial, que é a inventividade ou o «engenho».

Tudo é significativo. O nome de Túbal, o progenitor bíblico do povo português, quer dizer: «(homem) mundano» — facto significativo, porque os Portugueses se sentem à vontade em todas as partes do mundo. Os índios do Maranhão não sabem pronunciar as letras R, L e F — facto significativo, porque eles não têm Rei nem Lei nem Fé. Santo António mudou-se de Portugal para a Itália — facto significativo, porque Santo António é fiel como português e estadista como italiano.

São sobretudo significativas as analogias, até mesmo em pormenores minúsculos, entre certos episódios históricos narrados pela Bíblia e outros que ocorrem na história contemporânea de Portugal. Só um exemplo. Santo António ficou com o apelido de «Arca do Testamento», e como tal protege o povo eleito dos tempos

modernos na cidade de Salvador, do mesmo modo que a Arca da Aliança protegia outrora o povo de Israel. A cidade é assaltada pelos Holandeses, que são os Filisteus dos tempos modernos. Ora, diz a Bíblia que os Filisteus um dia conseguiram apoderar-se da Arca da Aliança e a levaram para a sua terra, onde a colocaram no templo do seu ídolo Dagão, um monstro que tinha a figura de meio-homem e meio-peixe, verdadeiro símbolo dos Holandeses que, devido à condição física da sua terra, são anfíbios. Na primeira noite em que a Arca se achava no templo de Dagão, o ídolo caiu com o rosto por terra; a mesma coisa se deu com os Holandeses quando do seu primeiro ataque nocturno. Na segunda noite, as duas mãos do ídolo ficaram despedaçadas em cem partes [14]; do mesmo modo, os Holandeses caíram aos centos durante a noite seguinte. «Em cem partes» tem aqui uma significação muito especial: os Holandeses perderam 2800 soldados, número que eles costumam pronunciar, não como «dois mil e oitocentos», mas como «vinte e oito centos». Tudo é significativo, nada é ocioso; ainda as circunstâncias aparentemente mais insignificantes revelam um mistério.

Encontramos nos sermões de Vieira, sem dúvida, a par desse desempenho de conceitos e palavras, raciocínios estruturados de acordo com a regras da boa lógica. Mas também aqui estranhamos, muitas vezes, uma certa artificialidade: são construções de uma perfeita lógica formal, mas puramente cerebrais, pouco fundadas na realidade; são acrobacias mentais em que os escolásticos do século XVII se deleitavam e exercitavam, mas que a nós, os modernos, nos chocam com as suas argúcias e inépcias. Assim Vieira quer-nos fazer acreditar que «a graça de Maria é maior graça que a graça da mãe de Deus». Assim discorre prolixamente sobre a questão «se Deus, que foi o cercado [no ven-

tre da Virgem], é imenso, o ventre que o cercou não só há de ser imenso, senão imensíssimo». É um desperdício da lógica aplicada a futilidades.

Mesmo que se faça abstracção de tais excessos, pode-se dizer que o valor concludente da argumentação vieiriana é exíguo. Ela é engenhosamente associativa e analógica, colocando o leitor a cada passo diante de uma surpresa, um espanto, uma coisa imprevista. É um raciocínio emocional, destinado a ouvintes que já conhecem — ou deveriam conhecer — a verdade, mas que precisam de ser constantemente incentivados a «viver a verdade», isto é, necessitam de uma conversão interior que lhes possibilite uma acção condigna da sua missão histórica de serem Portugueses e católicos.

Vieira sabia brincar com as regras do jogo conceptista, no que consiste a verdadeira mestria. Mas o seu jogar e brincar não era apenas um passatempo nem uma decoração exterior da vida, como era tantas vezes na literatura barroca. A sua arte retórica estava ao serviço de uma causa calorosamente proclamada e tenazmente defendida: a fé católica e o império cristão de Portugal, com todos os seus corolários. Apesar de toda a sua pirotécnica literária, sabia dizer verdades duras, lapidares, escandalosas, que toda a gente entendia e podia referir a si mesma.

As ideias do autor sobre a arte de pregar encontram-se no seu famoso «Sermão da Sexagésima» de 1655, sermão considerado tão importante por ele que lhe deu o primeiro lugar entre todos na sua edição. Além de um sermão modelar, é um pequeno tratado homilético, em que Vieira não se limita a uma exposição meramente técnica do ofício do pregador, mas salienta as condições imprescindíveis a que um sermão deve satisfazer para poder vir a ser pregação da Palavra de Deus. Elas implicam uma disposição evangélica tanto da parte do pregador como dos ouvintes. O pregador deve pregar palavras e obras, como o faziam os apóstolos, não só palavras e conceitos: «O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes.» E para os ouvintes poderem receber a Palavra de Deus é necessário que não tenham o coração endurecido pelas paixões mundanas nem a inteligência voltada para saborear as «agudezas» do pregador: devem ouvir com humildade a mensagem da sua salvação.

Partindo do texto evangélico do domingo: «Saiu o semeador a semear a sua semente» e citando a explicação de Jesus: «A semente é a Palavra de Deus», Vieira diz que o pregar deve ser como o semear:

> «É uma arte sem arte; caia onde cair. [...] Assim há de ser o pregar. Hão de cair as cousas e hão de nascer, tão naturais que vão caindo, tão próprias que venham nascendo. Que diferente é o estilo violento e tirânico que hoje se usa! [...] Notai uma alegoria [15] da nossa língua. O trigo do semeador, ainda que caiu quatro vezes, só de três nasceu. Para o sermão vir nascendo, há de ter três modos de cair: há de cair com *queda*, há de cair com *cadência*, há de cair com *caso*. A queda é para as cousas, a cadência para as palavras, o caso é para a disposição. A queda é para as cousas, porque hão de vir bem trazidas e em seu lugar; hão de ter queda. A cadência é para as palavras, porque não hão de ser escabrosas nem dissonantes; hão de ser cadência. O caso é para a disposição, porque há de ser tão natural e tão desafectada que pareça caso e não estado» (*Serm.*, I 18).

O trecho alegado apresenta um bom exemplo de como Vieira tira habilmente um argumento do facto de existirem, na língua portuguesa, três substantivos derivados do verbo «cair»: *a queda* (ou a propriedade do assunto), *a cadência* (ou a harmonia e eufonia das palavras) e *o caso* (ou a naturalidade da composição).

O carácter natural e desafectado do sermão lembra ao autor o versículo do Salmo 18, que diz: «Os céus manifestam a glória de Deus.» Mas sendo assim, o céu é pregador, e como é pregador, deve ter sermões e palavras:

> «E quais são estes sermões e estas palavras do céu? As palavras são as estrelas, os sermões são a composição, a ordem, a harmonia e o curso delas. Vede como diz [16] o estilo de pregar do céu com o estilo que Cristo ensinou na terra! Um e outro é semear: a terra semeada de trigo, o céu semeado de estrelas. O pregar há de ser como quem semeia, e não como quem ladrilha ou azuleja: ordenado, mas como as estrelas» (*ib.*, 19).

Aí se segue uma invectiva contra os pregadores que fazem o sermão em xadrez de palavras, isto é, fazem emprego excessivo de antíteses, e contra os que se servem de circunlocuções enigmáticas, isto é, que dizem «O Ceptro Penitente» para designar David, ou «O Favo de Claraval» por São Bernardo. Não adianta querer defender esse abuso com o exemplo de alguns Padres antigos: os imitadores prezam-se de beber destes rios sem terem a sua profundidade, é o comentário irónico de Vieira.

A virtuosidade literária de António Vieira está acima de toda e qualquer crítica, mas cumpre reconhecermos que nem todos lhe perdoam essa virtuosidade, preferindo a ela o estilo simples e suave de um Padre Manuel Bernardes ou de um Frei Luís de Sousa. Já diziam os Romanos que nem o grande Júpiter consegue granjear a simpatia de todos os mortais.

4. *UM GRANDE CORAÇÃO*

E o homem Vieira? Será que este agrada a todos? Nem de longe. Durante a sua vida foi uma pedra de

escândalo ou, pelo menos, uma figura contestada; depois da sua morte, continua a ser um objecto de disputa.

Verney, um dos seus críticos mais ásperos no século XVIII, tributa-lhe esta homenagem: «Mas sempre devo declarar-lhe que o juízo que formo das obras do Padre António Vieira deve ser entendido com todo o respeito devido à sua memória. Eu estimo muito este religioso pelas suas virtudes e capacidades. Vejo nas suas cartas retratado um ânimo grande, um desinteresse nobre, uma viva paixão pelos aumentos do seu Reino e ardente desejo de se sacrificar por ele. [...] E, se eu vivesse no seu tempo, seria o seu maior amigo.» [17]

É um elogio justo e moderado, que diz o essencial do que se pode dizer do homem Vieira. Só que a última frase do trecho transcrito é de molde a sugerir-nos uma pergunta: será que o jesuíta, durante a sua vida, teve muitos amigos? Cremos que não. Teve admiradores, partidários e correligionários. Teve, sem dúvida, um número muito maior de adversários e escarnecedores, inimigos abertos e disfarçados. Singular, excêntrico, melindroso e possesso de uma grande ideia, Vieira não era pessoa para ter muitos amigos íntimos. Pagava caro por ser diferente dos que o rodeavam. O homem, que tanto amava a publicidade, era no fundo um grande solitário.

A crítica moderna, que está em situação mais propícia para o julgar com serenidade, compraz-se muitas vezes em realçar-lhe a vaidade e a ambição, dois defeitos que lhe motivariam e deformariam todos os actos. Ao defender os cristãos-novos e a liberdade dos índios, Vieira procuraria sobretudo fazer-se valer, ter um voto no capítulo ou vingar o seu amor-próprio ferido. Essa demasiada insistência de alguns biógrafos modernos

nos defeitos de Vieira, além de injusta, revela, na nossa opinião, um fraco conhecimento da natureza humana, acabando por ser irritante. Não negamos que o nosso autor foi vaidoso e ambicioso, mas será difícil sustentar a tese de que essas duas feições do seu carácter constituíram os factores determinantes do seu comportamento. Não foram elas que lhe determinaram as actividades: apenas as acompanharam, como costuma acontecer na vida de quase todas as pessoas de brio. Vieira era ambicioso, mas não um ambicioso vulgar e, menos ainda, oportunista. Era vaidoso, mas não tinha nada de um orgulhoso encerrado em torre de marfim. Pelo contrário: deu frequentes provas de estar disposto a dedicar-se com desinteresse e generosidade a uma causa. Cícero, outro grande ambicioso, diz que a vaidade e a ambição são qualidades tão inerentes à natureza humana que até mesmo os autores de tratados sobre a futilidade da glória não duvidam em assiná-los com o seu nome.

Com toda a sua vaidade e com toda a sua ambição, Vieira sabia-se portador de uma mensagem importante para os seus compatriotas, mensagem que, desligada do seu precário contexto histórico, ainda hoje continua importante. Intrépido, tomava a defesa de grupos indefesos do Império Português no século XVII: os cristãos-novos em Portugal e os ameríndios no Brasil. Aberto e «ecuménico», concedia um lugar próprio a todas as raças e todas as culturas no seu Quinto Império, que seria um mundo pacífico e unificado, mas não monótono ou uniformizado. Acreditamos — talvez piamente, mas muito sinceramente — que, se Vieira tivesse vivido durante algum tempo em terra islamita, onde reina «a nefanda seita de Mafoma», também lá teria encontrado coisas respeitáveis e teria excogitado

meios apropriados para converter os muçulmanos com o mínimo possível de sacrifícios culturais.

Uma mensagem é sempre uma palavra libertadora, emancipadora, profética. Se Vieira foi um profeta completamente falhado no sentido vulgar do termo, não falhou como profeta numa acepção mais profunda e bíblica da palavra. A missão dos profetas bíblicos não se limita a anunciar os sucessos futuros, sendo mais ampla e sublime: a de um guia espiritual e moral, pioneiro inspirado por um grande ideal, visionário quase sempre mal visto e mal ouvido, que tem o firme propósito de orientar o seu povo para um futuro melhor — um porvir mais esclarecido, mais humano e mais autenticamente religioso.

Vieira não foi um santo: longe de nós o intento de o canonizar. Mas foi um grande coração, não no sentido sentimental da palavra, mas no de estar disposto a assumir a ingrata missão de educar e admoestar os cidadãos da sua pátria lusitana, que tanto amava. Como todo e qualquer trabalhador, sujou as mãos. Sujou-as, contemporizando e cedendo aos impulsos de vaidade e amor-próprio. A famosa lenda russa de São Cassiano e São Nicolau ensina-nos que também os trabalhadores na vinha do Senhor estão expostos a sujar as mãos, sobretudo quando se metem a socorrer os seus próximos mais necessitados. Vieira devia saber que o critério decisivo não é tanto ter as mãos limpas como o coração puro, que é uma dádiva de Deus. E sabia também que Deus não se recusa a lavar as mãos a quem Lhe pede um coração puro.

NOTAS

[1] *Ou*=ou antes (função muito frequente desta conjunção em Vieira.

[2] *Ao*, em vez de *do*; tirar a=roubar a; cf. algumas linhas atrás: «o dinheiro não passava das mãos por onde passava».

[3] *Refecem* e não *refervem*, como se lê nas edições. Cf. o adágio: *ultra aequinoctium non peccari* («pecados não existem além da Linha»).

[4] «Seu reino há de aumentar para que Ele possa merecidamente ser chamado *Salvador* também por causa do grande número de pessoas que serão salvas por Ele e a paz não terá fim.» Estas palavras de S. Bernardo (*Migne*, PL, 183, 137) referem-se a Cristo; mas Vieira, noutro trecho do seu sermão, aplica o nome de *Salvador*, em sentido analógico, a D. João IV.

[5] «Quero fundar em ti e na tua descendência um Império para Mim» — palavras de Cristo a D. Afonso Henriques no famoso «Juramento».

[6] *Ou*=ou antes.

[7] Donato (séc. IV d. C.), autor romano de duas célebres gramáticas: *Ars maior* e *Ars minor*; Despautério, nome latinizado do autor flamengo Johannes de Spouter (1480-1520), que escreveu uma gramática latina em 7 tomos (1506-1519), da qual saíram até ao século XIX, cerca de 400 edições e adaptações.

[8] Leio *«em»*. As edições adoptam a leitura «sem», que não faz sentido. «Em nome de despedida» quer dizer «a título de despedida», «como despedida».

[9] «Documentos», isto é, «ensinamentos», como muitas vezes escreve Vieira.

[10] *Idiota*, isto é: «não culto», «não instruído».

[11] José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1954, p. 63.

[12] Ivan Lins, *Aspectos do Padre António Vieira*, Rio de Janeiro, 1956, p. 304-305.
[13] Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. A. Salgado, II, p. 188.
[14] «Em cem partes» é a lição duma antiga versão latina. A da *Vulgata* é diferente.
[15] «Uma alegoria da nossa língua», isto é, «um mistério revelado pela nossa língua».
[16] «Dizer com», isto é, «condizer com».
[17] Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. A. Salgado, II, p. 195-196.

BIBLIOGRAFIA

J. L. DE AZEVEDO, *História de António Vieira*, 2 vols., Lisboa, 1931.
ANDRÉ DE BARROS, SJ, *Vida do apostólico Padre António Vieyra...*, Lisboa, 1746.
J. VAN DEN BESSELAAR, *António Vieira e Holanda*, ap. «Revista da Faculdade de Letras [da Univ. de] Lisboa», III, 24 (1971), p. 5-35.
Erudição, Espírito Crítico e Acribia na História do Futuro de António Vieira, ap. «Alfa», Revista da Faculdade de Filosofia de Marília (Brasil, Est. São Paulo), XX-XXI (1974-1975), p. 45-79.
R. CANTEL, *Prophétisme et Messianisme dans l'Oeuvre d'António Vieira*, Paris, 1960.
H. CIDADE, *Padre António Vieira. A obra e o homem*, Lisboa, 1979.
M. HAUBERT, *L'Église et la Défense des Sauvages. Le Père António Vieira au Brésil*, Bruxelles, 1964.
S. LEITE, SJ, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Lisboa — Rio de Janeiro, 1928-1950.
F. RODRIGUES, SJ, *Contradicções e Applausos*, ap. «Revista de História», XI (1922), p. 81-115.
A. J. SARAIVA, *Les quatre sources du discours ingénieux dans les sermons du P.e António Vieira*, ap. «Bulletin des Études Portugaises», Nouvelle Série, XXXI (1970), p. 177-269.
Le discours ingénieux, Cours inaugural à l'Université d'Amsterdam, Lisboa, 1971.
A. SÉRGIO, *Prefácio*, ap. *Obras Escolhidas*, vol. I, p. XI-CVIII, Lisboa, 1951.

VOLUMES PUBLICADOS

SÉRIE LITERATURA

1. A ORIGINALIDADE DA LITERATURA PORTUGUESA
   por Jacinto do Prado Coelho
2. OS LIVROS DE VIAGENS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII E A SUA PROJECÇÃO EUROPEIA
   por Castelo Branco Chaves
3. CRONISTAS DO SÉCULO XV POSTERIORES A FERNÃO LOPES
   por Joaquim Veríssimo Serrão
4. A GERAÇÃO DE 70 — UMA REVOLUÇÃO CULTURAL E LITERÁRIA
   por Álvaro Manuel Machado
5. O PRIMITIVO TEATRO PORTUGUÊS
   por Luiz Francisco Rebello
6. LITERATURAS AFRICANAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA — I
   por Manuel Ferreira
7. LITERATURAS AFRICANAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA — II
   por Manuel Ferreira
8. A SÁTIRA NA LITERATURA MEDIEVAL PORTUGUESA (SÉCULOS XIII E XIV)
   por Mário Martins
9. O SEGUNDO MODERNISMO EM PORTUGAL
   por Eugénio Lisboa
10. O MOVIMENTO NEO-REALISTA EM PORTUGAL NA SUA PRIMEIRA FASE
    por Alexandre Pinheiro Torres
14. A NOVELÍSTICA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA
    por Álvaro Manuel Machado
15. O RISO, O SORRISO E A PARÓDIA NA LITERATURA PORTUGUESA DE QUATROCENTOS
    por Mário Martins
16. O TEATRO NATURALISTA E NEO-ROMÂNTICO
    por Luiz Francisco Rebello
19. PARA A HISTÓRIA DA LITERATURA POPULAR PORTUGUESA
    por M. Viegas Guerreiro
21. MEMORIALISTAS PORTUGUESES
    por Castelo Branco Chaves
22. JOSÉ RÉGIO — UMA LITERATURA VIVA
    por Eugénio Lisboa
23. O CANCIONEIRO POPULAR EM PORTUGAL
    por Maria Arminda Zaluar Nunes
24. A NOVELÍSTICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI
    por Ettore Finazzi-Agrò
29. A ÉPICA MEDIEVAL PORTUGUESA
    por António José Saraiva
31. GARCIA DE RESENDE E O «CANCIONEIRO GERAL»
    por Andrée Crabbé Rocha
32. O «HORROR» NA LITERATURA PORTUGUESA
    por Maria Leonor Machado de Sousa
33. ASPECTOS DA HERANÇA CLÁSSICA NA CULTURA PORTUGUESA
    por Maria Leonor Carvalhão Buescu
35. A BÍBLIA NA LITERATURA MEDIEVAL PORTUGUESA
    por Mário Martins
36. AS ORIGENS DO ROMANTISMO EM PORTUGAL
    por Álvaro Manuel Machado
38. A LITERATURA NOVELÍSTICA NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA
    por Luciano Rossi

39. ROMANTISMO E REALISMO NA OBRA DE JÚLIO DINIS
por Maria Lúcia Lepecki
40. O TEATRO SIMBOLISTA E MODERNISTA
por Luiz Francisco Rebello
41. OS RELATOS DE NAUFRÁGIOS NA LITERATURA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVI E XVII
por Giulia Lanciani
45. O ROMANCE HISTÓRICO NO ROMANTISMO PORTUGUÊS
por Castelo Branco Chaves
50. INTRODUÇÃO À POESIA DE LUÍS DE CAMÕES
por Maria Vitalina Leal de Matos
51. O TEATRO ROMÂNTICO
por Luiz Francisco Rebello
52. AS VANGUARDAS NA POESIA PORTUGUESA DO SÉCULO VINTE
por E. M. de Melo e Castro
54. BREVE HISTÓRIA DA CENSURA LITERÁRIA EM PORTUGAL
por Graça Almeida Rodrigues
55. POESIA PORTUGUESA: DO «ORPHEU» AO NEO-REALISMO
por Eugénio Lisboa
57. FERNÃO MENDES PINTO
— SÁTIRA E ANTI-CRUZADA NA PEREGRINAÇÃO
por Rebecca Catz
58. ANTÓNIO VIEIRA: O HOMEM, A OBRA, AS IDEIAS
por José van den Besselaar

SÉRIE ARTES VISUAIS

11. BREVE HISTÓRIA DO CINEMA PORTUGUÊS — 1896/1962
por Alves Costa
12. A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA E A ARQUITECTURA POMBALINA
por José-Augusto França
27. TRAJECTÓRIA DA DANÇA TEATRAL EM PORTUGAL
por José Sasportes
28. A ARTE PORTUGUESA DE OITOCENTOS
por José-Augusto França
43. O MODERNISMO NA ARTE PORTUGUESA
por José-Augusto França
44. PINTURA E ESCULTURA EM PORTUGAL — 1940/1980
por Rui Mário Gonçalves
53. LISBOA: URBANISMO E ARQUITECTURA
por José-Augusto França

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

13. AS IDEIAS ECONÓMICAS NO PORTUGAL MEDIEVO (SÉCULOS XIII A XV)
por Armando Castro
17. ESBOÇO HISTÓRICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM PORTUGAL
por Victor de Sá
18. GRAMÁTICOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI
por Maria Leonor Carvalhão Buescu
20. O PENSAMENTO PEDAGÓGICO EM PORTUGAL
por Rogério Fernandes
25. AS DOUTRINAS ECONÓMICAS EM PORTUGAL NA EXPANSÃO E NA DECADÊNCIA — SÉCULOS XVI A XVIII
por Armando Castro
30. AS NAVEGAÇÕES ATLÂNTICAS NO SÉCULO XV
por Manuel Fernandes Costa
34. A HISTORIOGRAFIA SOCIOLÓGICA DE ANTÓNIO SÉRGIO
por Victor de Sá

37. A PEDAGOGIA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA
por Rogério Fernandes
46. O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA E O TRATADO DE TORDESILHAS
por Manuel Fernandes Costa
47. BREVE HISTÓRIA DA OLISIPOGRAFIA
por Fernando Castelo Branco
48. O PENSAMENTO ECONÓMICO NO PORTUGAL MODERNO
por Armando Castro
49. VERNEY E A PROJECÇÃO DA SUA OBRA
por A. A. Banha de Andrade

SÉRIE MÚSICA

26. MÚSICA TRADICIONAL PORTUGUESA
— CANTARES DO BAIXO ALENTEJO
por João Ranita da Nazaré
42. A MÚSICA NA OBRA DE CAMÕES
por João de Freitas Branco
56. MÚSICA TRADICIONAL AÇORIANA
— A QUESTÃO HISTÓRICA
por J. M. Bettencourt da Câmara

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR

Nasceu em 1916 em Valkenswaard (Holanda). Formou-se em Letras Clássicas pela Universidade Católica de Nijmegen (1940), onde se doutorou em 1945 com a apresentação e defesa de uma tese sobre *Cassiodoro*. Viveu dez anos no Brasil (1950-1960), leccionando História da Antiguidade e Metodologia da História na Universidade Católica de São Paulo e, depois, Latim na Faculdade de Filosofia de Assis. Regressado à Holanda, foi nomeado «docente» de Português na Universidade Católica de Nijmegen (1961), passando a catedrático e director do Instituto de Estudos Luso-Brasileiros em 1968. Publicou numerosos artigos históricos e filológicos em várias revistas da Holanda, Alemanha, Brasil e Portugal. Principais livros publicados: *O Brasil. O Despertar de um Gigante nos Trópicos* (1967; trad. alemã, 1973); *O Português do Brasil* (1976); uma edição crítica e comentada da *História do Futuro* de António Vieira (2 vols., 1976); *Introdução aos Estudos Históricos* (1977); *As Interpretações da História através dos Séculos* (2 vols., 1956-1958). Traduziu para holandês o *Auto da Compadecida* do escritor brasileiro Ariano Suassuna (1965).